

28 de Setembro 2021

Terça-feira

Semanário - Ano 6

Nº 278

Director-Geral

Evaristo Mulaza



EUGÉNIO CLEMENTE

**"Elefantes
brancos são as
pessoas que
foram colocadas
no Turismo"**

Págs. 4 a 7

NO CUANDO CUBANGO

Dívida pública de 731 milhões USD a empresa 'desconhecida' gera suspeitas

- Dívidas reportam-se também a 1992 e 93, mas a empresa Angoskimas só foi criada em 1997.
- Empresa cobrou inicialmente quase 5 mil milhões de dólares.
- Finanças instruíram a empresa a actualizar a dívida com o governo do Cuando Cubango.

Págs. 8 e 9



Editorial

3 BILIÕES OU 700 MILHÕES, QUALQUER UM SERVE

A matéria de desta semana é mais um exemplo das águas turvas em que continua a navegar a gestão do erário. Denúncias que chegam do Cuando Cubango e que já foram objecto de tratamento no jornal 'Folha 8' dão conta que o governo local validou uma dívida superior a 439,5 mil milhões de kwanzas (mais de 731 milhões de dólares) a favor de uma empresa desconhecida até por governantes locais de topo. Vários ex-governantes da província, a diferentes níveis, aos quais o governo de Júlio Bessa imputa o conhecimento do dossier, também disseram ao *Valor Económico* nunca terem conhecido a Angoskimas, muito menos tiveram conhecimento de avultada dívida. Mas a história dessa alegada dívida pública tem contornos que a deixam ainda mais sombria.

Para começar, a empresa exige pagamentos de bens e serviços alegadamente prestados em 1992, 1993 e 1997, entretanto registos consultados por este jornal precisam que a mesma só foi criada precisamente em 1997. Ou seja, a julgar pelos dados oficiais, a Angoskimas está a cobrar por alegados préstimos ao governo do Cuando Cubango, oferecidos num período em que nem sequer existia. Pena é que nem o governo de Júlio Bessa nem o ministério de Vera Daves, de onde alegadamente partiu a autorização para a actualização da dívida, se dignaram a esclarecer este 'pequeno grande' detalhe.

Há mais: antes de ficarem acertados os mais de 731 milhões de dólares, a Angoskimas estava a exigir ao governo do Cuando Cubango cerca de 3 biliões de kwanzas (quase 5 mil milhões de dólares), o mesmo montante que foi colocado no Fundo Soberano de Angola, antes de ser descapita-

lizado pelo Governo de João Lourenço. Ou ainda uns 500 milhões de dólares acima do total do financiamento do Fundo Monetário Internacional ao governo de Luanda. Se colocados na década da ocorrência da alegada dívida, os cerca de 3 biliões de kwanzas, entretanto corrigidos para os 439,5 mil milhões de kwanzas, valiam praticamente um Orçamento Geral do Estado.

O governo do Cuando Cubango refere que o valor anterior se explicava por erros de cálculos em algumas facturas, mas, em termos estritamente racionais, custa a crer que uma empresa tenha confundido o preço dos seus próprios serviços com tamanho desnível. Afinal, como explicam as próprias autoridades provinciais, o valor consolidado e que foi remetido às Finanças é 85% abaixo do montante inicialmente reclamado! É como diz, sarcasticamente o povo: 'há coisas que só acontecem em Angola'.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



FÉLIX MATIAS NETO,
PCA da Angola Stone

Qual é a situação actual do negócio das rochas ornamentais?

Está complicada desde a extracção às vendas. Temos apenas duas empresas nacionais, o resto está sob domínio dos estrangeiros. Para agravar, estamos condenados a vender a pedra bruta a baixo preço, porque, estrategicamente, eles inundaram o mercado internacional.

Por quanto está a pedra?

Estamos a comercializar o metro cúbico do granito entre 300 e 550 dólares, porém, o mais agravante é que 50% das divisas que amealhamos ficam para o Estado, ou seja, em 500 dólares, por exemplo, fico apenas com metade do valor. O resto só pode ser retirado do banco em kwanzas.

Há risco de falências?

A Emanha fechou e o seu proprietário está a 'despachá-la' a 10 milhões de dólares e está difícil aparecer comprador. Por isso é que as empresas chinesas e europeias extraem o nosso granito preto (em África e no mundo só existe em Angola, na África do Sul e no Zimbábue) e vendem-no às suas filiais que ficam com o diferencial das divisas.

21

TERÇA-FEIRA

O Presidente da República anuncia que Angola iniciou negociações com a African Parks, para uma parceria público-privada para a co-gestão de longo prazo e desenvolvimento dos parques naturais de Luanda e Mavinda, no sudeste do país.

22

QUARTA-FEIRA

O Igape anuncia que as candidaturas para o concurso de privatização de empreendimentos agro-industriais por meio de leilão electrónico, na modalidade de alienação de activos, vão até 01 de Novembro deste ano.

23

QUINTA-FEIRA

O Presidente da República afirma, nas Nações Unidas, que a diferença entre países na administração das vacinas contra a covid-19 é "chocante" e defendeu a liberalização da sua produção e distribuição.



24

SEXTA-FEIRA

Os governos de Angola e da República Democrática do Congo estudam a possibilidade de estabelecer uma parceria para o fornecimento, comercialização e distribuição de produtos derivados de petróleo entre os dois países.



18

SÁBADO

A quarta edição da Expo/Kwanza-Norte gera um volume de negócios avaliado em 299 milhões de kwanzas, anuncia a organização do evento.



19

DOMINGO

O Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) retoma o transporte de gás a granel para Malanje, 33 anos depois da interrupção por razões de segurança, informa a empresa.

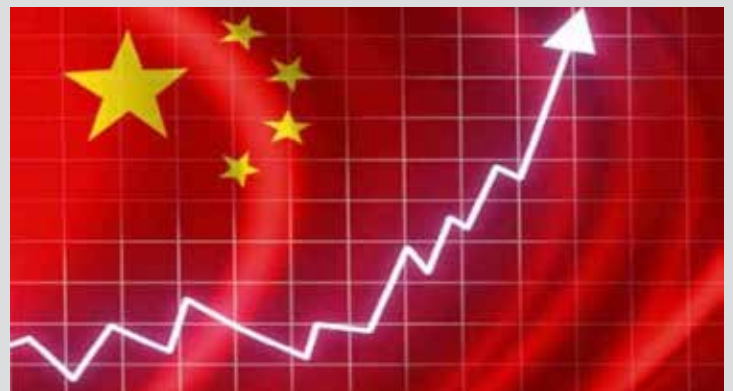


COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo começou o dia animado, após fechar quase nos 80 dólares. O Brent, referência às exportações angolanas, abriu a negociar 78,57 dólares, com tendência de subir quase 1% na tarde de terça-feira. Já o WTI abriu a negociar 78,60, avançando 0,90% no período da tarde.



ACÇÕES CHINESAS EM ALTA...

A bolsa chinesa fechou a terça-feira em alta, principalmente nas acções do ramo imobiliário. O índice CSI300 subiu 0,13%, enquanto o de Xangai teve alta de 0,54%. Por sua vez, em Tóquio, o Nikkei recuou 0,19%, a 30.183 pontos. Ao passo que, em Hong Kong, o índice Hang Seng subiu 1,20%, a 24.500 pontos.



SEGUNDA-FEIRA

O centro de pesquisa sobre Angola (Cedesa) considera que o país precisa de vender participações e património no exterior e entrar em negociação com suspeitos em casos de corrupção, como Isabel dos Santos, para combater o défice de capital.

Entrevista

EUGÉNIO CLEMENTE, EMPRESÁRIO E EX-DIRECTOR DO INFOTUR

"Se me tivessem deixado trabalhar, o país teria visto nascer uma 'sonangol' do turismo"

Ainda inconformado com a exoneração da direcção do Instituto de Fomento Turístico de Angola (Infotur), Eugénio Clemente lança críticas a quem gere o turismo, lamentando que haja quem esteja a influenciar o Presidente para ficar "dona da situação" e "beneficiar de interesses". E ainda confia que o tempo "vai responsabilizar" quem prejudica o sector. Está convencido de que deixou obra no instituto e sente-se de consciência tranquila, não temendo processos na PGR, acreditando, aliás, que, se o deixassem trabalhar, já tinha criado uma 'sonangol'

Por Júlio Gomes

Enquanto director do Infotur, defendeu sempre as estradas como alavanca para o desenvolvimento do turismo...

Recentemente, fiz uma viagem entre Luanda e Namibe. Em condições normais, poderia fazer 12 horas, mas encurtei o percurso por nove horas com a reabilitação que está a ser feita entre Dombe Grande e Lucira. Isso demonstra que, com estradas reabilitadas e seguras, deixaremos de ter o alto custo da passagem aérea e do transporte de ligação interprovincial e faremos com que o nosso povo se visite mais e esteja mais próximo.

Não só entre famílias, mas também no plano empresarial.

E como vê hoje o turismo?

Enquanto responsável do Infotur, deixei uma carteira de investimentos que poderiam ditar uma estrutura de oferta do país avaliada em não menos de mil milhões de dólares.

Incluindo a construção de unidades hoteleiras depois transformadas em 'elefantes brancos'?

Estruturámos o modelo de gestão para que esses hotéis, que hoje estão a ser levados à privatização de forma errada, não fossem considerados 'elefantes brancos'.

Como seria feita a gestão?

Trouxemos à mesa de negociações intenções de grandes marcas mundiais como o grupo Radisson,



Samuel Simões

Além disso...

Também projectámos a possibilidade de fazer de Malanje um interface de ligação entre a região de Victoria Falls e Livingstone. Conectando o Zimbábue e a Zâmbia, tendo em conta as quedas de Victoria Falls e as Quedas de Kalandula, levaria Malanje a ser um grande potencial turístico regional. Organizámos um plano de negócios para que parte de Kangandala se aproximasse da região da China, onde reside o panda, e que a palanca negra pudesse ser objecto de visita e de receitas. Portanto, fizemos um trabalho de verdadeiro impacto de turismo que visava trazer para Angola as grandes operadoras turísticas mundiais.

Mas nada foi concretizado?

Olhando hoje para o país, adiámos o turismo e não sabemos o seu valor.

Sente-se desmotivado?

Agora, sou um cidadão espectador, mas sempre disponível para dar a minha contribuição.

O que pensa da fusão do Turismo com a Cultura e o Ambiente?

Se calhar, o Ministério tornou-se mais pujante por conta do peso administrativo, porque são muitos papéis independentemente de existirem secretários de Estado. É necessário transformar o turismo, a cultura e o ambiente, não apenas como entes administrativos, mas como sectores que podem impactar o surgimento de grandes negócios e de grandes empresas.

que apresentou um plano de desenvolvimento de cinco hotéis, entre 15 e 20 anos, com uma carteira de receitas na ordem de 320 milhões de dólares. Estruturámos um projecto que visava construir, via participação privada, centrais logísticas de apoio à hotela-

ria e ao turismo. Desenvolvemos projectos para a criação do primeiro terminal internacional de cruzeiros, fazendo do Namibe a primeira região de Angola vocacionada para o aproveitamento da corrente do Atlântico para a exploração de navios de cruzeiro.

“É uma pena ver o país conforme está a ser trabalhado por algumas pessoas que, se calhar, conseguem influenciar o Presidente e ficam donas da situação.”

De que forma?

Enquanto não virmos o turismo como um sector capaz de criar uma empresa do tipo Sonangol, não só para fazer pesquisa, mas também produção e comercialização, não vejo o turismo como uma verdadeira fonte de receitas. O grande erro que existe na nossa sociedade é que se reduz o turismo a um mero exercício de dormir num hotel e comer num restaurante, quando a sua amplitude é maior do que isso.

O Plano Director do Turismo é para esquecer?

O tempo vai responsabilizar todas as pessoas que fizeram com que todos os projectos dimensionados para o turismo entrassem no esquecimento. Se deixássemos as pessoas trabalhar, evitar confusão e exonerar, porque as pessoas não estão alinhadas com o nosso querer, de grupos ou de famílias, se calhar o turismo teria dado passos. Não sou herói, mas fiz parte de uma geração que incutiu a responsabilidade de que o turismo era um sector verdadeiro para o país.

E quanto ao projecto Okavango/Zambeze?

Se tiver de acontecer, vai levar mais de 20 anos, porque perdemos muito tempo a pensar. Com o petróleo e outras coisas que pretendem explorar na bacia do Okavango, não iremos longe. É só uma questão de olhar para Kalandula.

O que lhe parece?

Até hoje, só apareceu um empresário para reabilitar a pousada. O resto é capim. A nossa maka é o excesso de burocracia, em que 'se o projecto não for meu não avança'.

Sente que a sua exoneração foi uma injustiça?

Não só uma injustiça para mim, mas também para o país. Falo de mim e do então secretário de Estado, Varo Caputo, que também foi afastado sem contemplação.

Mas há quem diga que o seu afastamento decorre de uma suposta má gestão e, por isso, até terá um processo na PGR...

É um esforço vago.

Não o preocupa um alegado processo na PGR?

Quando me fizeram chegar essa informação tive o cuidado de me dirigir à PGR. E foi-me dito que qualquer instituição do Estado pode ser alvo de inquérito. Assim,



Santos Samuelsen © VE

o facto de existir um inquérito não significa que a pessoa seja arguida. Quando alguém é arguido, a própria Procuradoria vem à liça e torna o assunto público.

Tem a 'folha limpa'?

O que as pessoas querem fazer é denegrir a minha imagem, o meu bom nome. Estou de consciência tranquila. Se o turismo começou a ganhar expressão em Angola é porque tirei da minha mente ideias que poderiam ditar uma nova história. Agora, se pretendem desconstruir o meu potencial, podem ficar à vontade, porque ainda posso suportar, com vida e saúde, o embate e contribuir para a construção de um país melhor.

Aceitaria voltar ao Governo?

Sim, porque sinto que o país pode contar com a minha humilde inteligência. Sou um homem polivalente. Aliás, muita gente pensava que era o fundador do Infotur, mas fui o quinto gestor. De resto, a minha missão foi resgatar a importância desta entidade.

E conseguiu?

Como se justifica um instituto público que existe desde 1997 não ter património? Quando lá cheguei, não existia uma motorizada sequer para não falar de um carro para levar documentos e expediente importante. Dei dignidade funcional com telefones, internet, computadores e viaturas. Mas a questão agora é saber com quem ficou a participação no Grande Hotel da Huíla, no Mombaka, e em tantos

Perfil

Obrigado a declarar falência técnica

Oriundo de uma família fabricante de azeite de oliva, no Namibe, Eugénio Kango Clemente, 43 anos, lembra que, depois de assumir o Infotur e 'atacar' a conclusão dos hoteleiras de quatro estrelas e com capacidade para 132 quartos, em finais de 2013, vieram ao seu gabinete "para que declarasse falência". Como não cedeu, criou inimigos. "É assim no nosso país, ou seja, o Estado constrói, mas depois já tem um grupo preparado para ficar com as infra-estruturas", insiste o jurista, que se fez empresário nas Pescas, muito antes de entrar na função pública. Hoje, tem um volume de negócios de 26 milhões de dólares. Entre 2017 e 2018, aliado a um sócio russo, iniciou, a título experimental, a exportação de caranguejo para o Japão. Prevê erguer uma unidade de transformação de pescado no Tômbwa. Na construção civil, opera com a GEAV Construções, da qual é CEO. "Sempre geri mais dinheiro nas minhas empresas do que no Infotur", 'dispara' Clemente, também vice-presidente da assembleia-geral da Associação de Pescadores de Luanda e membro da associação congénere do Namibe.

outros empreendimentos. Sei qual era o meu trabalho e cumpri. Se me tivessem deixado trabalhar, o país teria visto nascer uma 'sonangol' do turismo.

E qual seria o horizonte para a concretização dessa ideia?

Repito: se me deixassem trabalhar, em 2017, surgiria essa grande empresa do turismo. Só faltou remeter o projecto ao Conselho de Ministros, mas, infelizmente, esta minha iniciativa foi combatida para não ser aprovada. Os detractores um dia serão conhecidos.

"A estabilidade política e as oportunidades de negócio que Angola oferece fazem com que a maioria dos turistas que visitam o nosso país tenha interesses comerciais e não de lazer". Estas palavras são suas. Continuam actuais?

Foi uma perspectiva com indicadores que, na altura, dimensionaram o número de entradas de turistas. Foi no período em que tivemos o 'boom' petrolífero, a construção e outros sectores a dar o crescimento que impulsionaram o maior fluxo de excursionistas.

Mas não se atingiram as metas de quatro milhões de turistas e de um milhão de novos empregos até 2020...

Aquilo foi um indicador que serviu de base para dimensionar o futuro. Se me perguntar porque não chegámos ao fluxo turístico capaz de permitir uma maior visibilidade, diria por não termos sabido tirar partido do potencial nacional.

Como deveria ter sido aproveitado?

Faço um desafio: vá à Santa Clara e procure registos estatísticos. Há-de ver que esta é a região de Angola que mais recebe turistas por via terrestre e não deixa receitas. Recebe turistas vindos da Namíbia e da África do Sul com destino à foz do Cunene e ao Namibe. Não encontram ambiente para gastar. A única coisa que fazem é usar a pesca, levando daqui recursos, pesca, mas, no fim das contas, o país nada ganha. Temos de fazer um plano económico de viabilidade sobre como é que o turista deve gastar dinheiro.

E como?

Como é que até hoje, no aeroporto de Luanda, em ambiente de pandemia ou não, não se encontram autocarros para levar excursionistas para Mussulo, Cabo Ledo ou Quiçama? Porque temos a infelicidade de não termos um plano de negócios e só nos lembramos do turismo no Dia Mundial, a 27 de Setembro. O sector tem condições de fazer com que o país desenvolva turismo de cruzeiro, aéreo, com operadoras que trarão turistas para Angola. Enquanto não tivermos capacidade de fazer isso, vamos continuar a utilizar os argumentos do turismo como mera retórica.

Não se coloca a questão das infra-estruturas?

Não! A Zâmbia é muito mais pequena do que Angola, tem o aeroporto de Lusaka que não se compara aos nossos aeroportos. Livingstone inaugurou um aeroporto em 2016, mas recebe mais turistas do que Angola toda. A ideia de que é preciso criar condições para que o turismo aconteça não serve. As condições são criadas no decurso da caminhada. Se não caminhar, não vai perceber onde e quando melhorar.

Durante a sua gestão, os pólos de desenvolvimento turístico saíram do papel?

Enquanto estive no sector, havia pessoas que achavam que o Estado tinha de fazer tudo. Sou daqueles que dizem: o Estado faz uma parte e o resto tem de ter capacidade de atrair investimento privado. Acha normal que Cabo Ledo comece a ter ocupação ilegal de terrenos? E muita gente que poderia pôr lá resorts e não consegue porque está tudo ocupado.

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

Não foi capaz de travar essa anarquia?

O nosso problema é o excesso de burocracia. Às vezes, em vez de ajudar, só atrapalhamos o próprio desenvolvimento.

Mas porque é que só agora há a privatização dos hotéis do Infotur?

Depois da minha saída, os hotéis já eram 'elefantes brancos'. Esconderam a verdade da matriz dessas unidades hoteleiras ao titular do poder Executivo. 'Venderam' uma falsa ideia! É preciso ir ao fundo! O Instituto rege-se, em termos administrativos, por princípios de uma empresa pública e tem de ter os seus elementos capazes de permitir o plano de negócios porque só recebe 25% da dotação orçamental. Os restantes 75% têm de ser trabalhados. Como é que se vendem activos de uma instituição que precisa deles para sobreviver? Logo, foi uma grande mentira, porque os 'elefantes brancos' são as pessoas que foram colocadas no sector e descontinuaram o trabalho para beneficiar interesses.

Como se explica a intervenção do Igape no processo de privatizações?

É subestimar a capacidade dos outros. Não gostamos de assumir as coisas e as responsabilidades. A ideia de que existem no sector empresarial público entes mais importantes do que outros. Os activos da Sonangol, que vão para a privatização, são dirigidos por esta empresa quando ela não é nenhuma unidade de gestão hoteleira. É uma grande confusão.

Então quem devia dirigir o processo?

A única entidade que podia assumir a gestão hoteleira era o Instituto, ou o Ministério de Hotelaria e Turismo. Porque é que os hotéis confiscados à seguradora AAA encontraram, como fiel depositário, o Cofre de Justiça se este não tem técnicos para os gerir? Não devemos subalternizar a posição dos entes estatais desta forma. É uma pena ver o país conforme está a ser trabalhado por algumas pessoas que, se calhar, conseguem influenciar o Presidente e ficam donos da situação.

E o que pensa do combate à corrupção?

Olho para esse combate como um bem necessário. Mas precisamos de



encontrar Angola, porque se procurarmos formas de ir em busca de todos os problemas do passado, fica muito complicado. A corrupção é um facto, mas não é apenas esse fenómeno que está a destruir o país. O abuso de poder também.

E fala-se numa alegada selectividade nesse combate?

Valorizo a coragem de trazer esse assunto à nossa reflexão, mas é preciso encararmos o país. Aliás, aprendi que os processos danificam muito, não só os recursos materiais, mas também humanos.

Está difícil aprender com os outros países do continente lições de desenvolvimento...

Somos muito influenciados. Às vezes, achamos que só é bonito o que vem da Europa, mas África tem muito para nos ensinar. Quando falo do turismo, por exemplo, falo de países muito pequenos e muito subestimados por nós, mas que retiram significativo proveito desta

indústria da paz, como a Namíbia, Botsuana e Zâmbia. Isso enche-me de muito orgulho. Temos um país, mas o nosso grande problema são os angolanos. Temos de ultrapassar o problema silencioso que corrói angolanos: a luta pela ascensão e o protagonismo. Em determinadas coisas, achamos que só tem de haver uma pigmentação clara. Noutras, temos medo da pigmentação preta e achamos que o erro do preto é alvo para ir para a cadeia, mas o do branco é natural. Estou cansado disso!

A intenção manifestada ao Governo pelo consórcio turco Beta-Tek para a construção de auto-estradas não passou disso mesmo?

Tudo parou! Um grupo de empresários em 2019 apresentou ao Executivo a pretensão de uma parceria público-privada para o desenvolvimento de auto-estradas, mas gerou-se uma incompreensão administrativa, criando-se um cenário

que afastou o diálogo dos empresários, afugentando-os e ficamos sem saber quem era o interlocutor para esse processo.

Quem de concreto travou o projecto?

O Ministério da Economia e Planeamento usou todos os argumentos administrativos para impedir que o processo tivesse um diálogo abrangente.

Porque tinha de passar pelo MEP?

A pergunta que se coloca é: porque é que as intenções que existiram para o desenvolvimento das parcerias foram, de alguma forma, redireccionadas para o MEP, quando esse pelouro não estava preparado. Hoje temos de perguntar onde anda o tal processo de que seriam lançados 54 projectos para o desenvolvimento de parcerias público-privadas. E se os empresários haviam de esperar a nossa boa vontade para fazer marchar os processos. O projecto parou no MEP.

O Ministério da Construção e Obras Públicas não interveio?

Tivemos todo o apoio administrativo do Ministério da Construção que manifestou boa vontade, recebeu os investidores, conversou com os promotores, mas o grande problema tem que ver com a dispersão de competências.

Pode explicar melhor...

Se o processo é para o desenvolvimento de auto-estradas, ou seja, de infra-estruturas viárias, porque se passa para um ministério? O país fica refém dele e ninguém presta contas sobre o passo administrativo que se deu. A verdade é que o processo 'morreu' e não me perguntem se é por falta de vontade política ou pessoal. As pessoas ficaram desmoralizadas, porque já não sabem com quem dialogar.

E com o pelouro das Finanças?

Nas parcerias público-privadas, voltadas para a modalidade de BOT (construir e operar por um deter-

“Os hotéis já eram ‘elefantes brancos’.
Esconderam a verdade da matriz das unidades hoteleiras ao titular do poder
Executivo. ‘Venderam’ uma falsa ideia!”

Eugénio Clemente,
empresário e ex-director
do Infotur

Os 'elefantes
brancos' são as
pessoas que
foram colocadas
no sector e
descontinuaram
o trabalho
para beneficiar
interesses.

Adiámos o
turismo
e não sabemos o
seu valor.

Se deixássemos
as pessoas
trabalhar, evitar
confusão e exonerar,
porque não estão
alinhadas com o
nosso querer, de
grupos ou de
famílias, se calhar
o turismo teria
dado passos.

minado período antes da infra-estrutura transitar para o Estado) é fundamental que o Presidente da República crie um grupo de trabalho restrito, mas coordenado pelo Ministério das Finanças, porque, em última instância, é este, por via das suas unidades técnicas, que vai olhar para os contratos e contrapartidas de prestações à luz desses contratos para definir qual é a capacidade ou não que o país tem de facilitar todo um ambiente capaz de permitir o retorno do capital aplicado pelos investidores.

A construção de auto-estradas seria mesmo viável?

Quando oiço falar que determinados projectos não avançam, porque não são prioritários para um país como Angola, fico triste. Desde muito cedo que conheço o país, de Cabinda ao Cunene. Se quisermos que o país se desenvolva e tenha uma dimensão de desenvolvimento territorial, se não evoluirmos para um modelo de estradas

que permitam fluidez, segurança e maior capacidade de resposta em relação ao tempo, não vamos atingir os resultados económicos que queremos.

Mas o projecto encalha quando temos o mesmo traçado de estradas da época colonial...

O país é muito extenso, As viagens aéreas são caras, as ferroviárias são muito demoradas e só há um meio intermédio capaz de ligar o país: as estradas. Logo, as auto-estradas devem ser vistas como um projecto de perspectiva de crescimento que vai assegurar o crescimento demográfico. Se assim acontecer, daqui

a alguns anos, morar no Luau já não será tão distante de Luanda.

Qual deve ser o passo seguinte?

O titular do poder Executivo deve, de alguma forma, criar um grupo técnico que olhe o país na dimensão do sonho que os angolanos de boa-fé têm. Se não tivermos de encarar Angola de frente, considerando o seu potencial e as perspectivas para daqui a 30 ou 50 anos. Continuaremos estagnados. Um projecto como este, de auto-estradas ou de eixos viários modernos, deve ser levado a peito pelo titular do poder Executivo.

Já existe um Conselho de Concertação Económico Social que deve dar essas visões ao Presidente?

Estamos a falar de um projecto, mas, ao mesmo tempo, de interesses económicos. Como não existem almoços grátis, também não existem conversas facilitadas quando os interesses não estão devidamente alinhados.

É contra o conselho?

Pensa-se que é a única entidade que deve dizer o que o país deve ou não fazer. Está errado! O país deve fazer aquilo que é viável para o seu desenvolvimento independentemente da vontade ou da existência de um conselho. Não vamos meter a capacidade de outros empresários reféns do Conselho de Concertação Económica. Não quero misturar as coisas. Respeito o que se criou, mas não se condicionem determinados projectos à luz desses entes que se criaram.

Quer dizer que esse ente atrapalha, certo?

Estamos a ver à distância, não é por não estarmos incluídos nesses conselhos de concertação, ou em grupos técnicos, que nos vamos sentir excluídos ou inferiores de apresentar projectos. Todos os países têm os seus empresários e grupos empresariais, mas é preciso olhar com clareza o que estamos a defender.

Portanto, não há foco?

A questão que se deve colocar é saber qual é a fonte de financiamento de um projecto de oito mil milhões de dólares. A fonte é externa e o ganho são as infra-estruturas que ficam para as gerações vindouras. Porque estamos a colocar pedras de tropeço em projectos que podem criar desenvolvimento ao país quando sabemos que essas pedras são meramente artificiais?

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

PROCESSO TERÁ PARTIDO DAS FINANÇAS

Júlio Bessa valida dívida de 731 milhões USD a favor de uma empresa 'desconhecida' na província

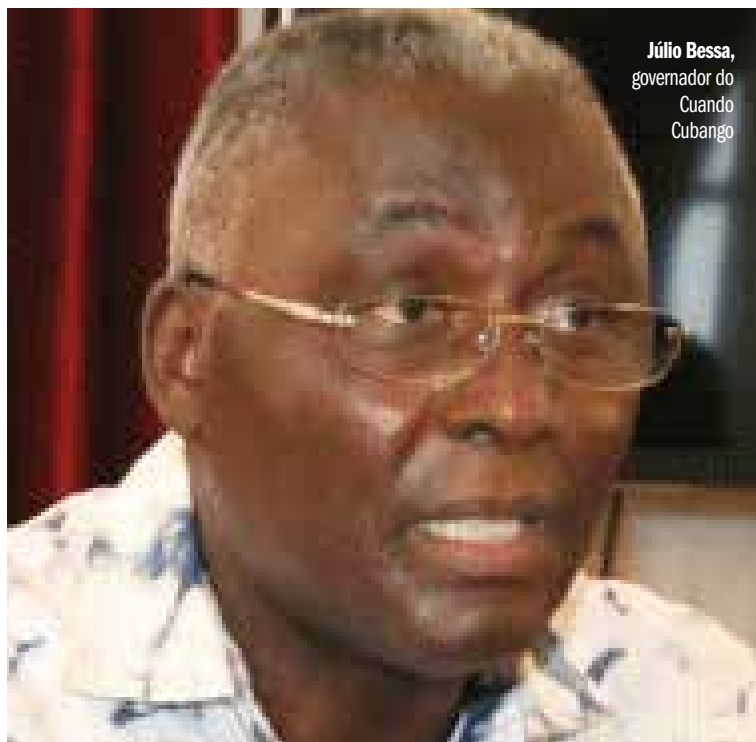
FUNDOS PÚBLICOS. Antigos e actuais governantes garantem nunca terem ouvido falar da Angoskimas. Dívida estava inicialmente calculada em quase 5 mil milhões de dólares e reporta-se à década de 1990.

Por Júlio Gomes

Uma dívida de 439,552 mil milhões de kwanzas (mais de 731 milhões de dólares), reconhecida pelo governo do Cuando Cubango a favor da empresa Angoskimas, está na origem de várias denúncias chegadas a órgãos de comunicação social, em Luanda, sobre suspeitas de uma tentativa de desvio de fundos públicos.

Publicados, em primeira mão, na página de internet do jornal 'Folha 8', os documentos que suportam as denúncias estão assinados pelo governador do Cuando Cubango, Júlio Marcelino Vieira Bessa, e pelo secretário-geral do governo provincial, Edgar Xisto Vieira Catito, e declaram o reconhecimento da dívida referente "ao fornecimento de bens diversos e géneros alimentícios" ao governo local, relativos aos exercícios económicos de 1992, 1993 e 1997.

Na acta de reconhecimento de dívida, elaborada na sequência de uma reunião entre o governo do Cuando Cubango e a empresa Angoskimas, ocorrida a 16 de Junho de 2021, as partes concluíram um apuramento 439.552.312.379,07 kwanzas, ao contrário do valor anteriormente calculado de 2.996.514.112.475 kwanzas (4,994 mil milhões de dólares), um corte



Júlio Bessa,
governador do
Cuando
Cubango



Vera Daves,
ministra
das Finanças

de 85%. Em termos comparativos, os 4,994 mil milhões de dólares anteriores cuja validação é atribuída a "gestores anteriores" não especificados é praticamente o equivalente à capitalização total do Fundo Soberano de Angola, antes da sua descapitalização pelo Governo de João Loureço. É superior em 529 milhões de dólares ao total do financiamento acordado com o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado, fixado em 4,465 mil milhões de dólares.

A queda abrupta do valor da dívida é justificada, entretanto, nos documentos com "erros de cálculo"

MEMORIZE

● **Documentos** consultados por este jornal indicam que a empresa Angoskimas – Sociedade de Corte e Transformação de Madeira, apesar de reclamar alegadas dívidas de 1992 e 1993, foi criada apenas em 3 Julho de 1997. Com sede na RF-Huambo e capital social de 100 milhões de kwanzas, a empresa foi constituída por José Maria Zeferino que outorgou 80% do capital em seu nome.

5

Mil milhões de dólares, valor inicialmente reclamado pela Angoskimas

em algumas facturas dos exercícios de 1992 e 1997 de um produto identificado como 'napa plástica'.

Contactados pelo **Valor Económico**, vários antigos gestores do Cuando Cubango não só garantiram desconhecer a dívida como asseguram não terem conhecimento

de qualquer empresa designada Angoskimas que tenha fornecido serviços às autoridades locais em qualquer período, muito menos na década de 1990. "Angoskimas? Nunca ouvi falar na existência de tal empresa na província", declara, estupefacto, um governante local, sublinhando que a dívida em questão nunca foi escrutinada pelos malogrados governadores Domingos Hungo e Jorge Biwango, como também não aconteceu nos mandatos de Manuel Dala, João Baptista Tchindandi, Eusébio de Brito Teixeira, Higinio Carneiro e Ernesto Kiteculo. "Cabe ao máximo gestor da província avançar com os deta-

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA aprovou esta semana a inscrição do projecto de modernização tecnológica do Tribunal Constitucional no programa de investimento público e a abertura de crédito adicional no valor de 16,3 milhões de dólares no âmbito da preparação do processo de realização das Eleições Gerais de 2022.

governo local reduziu a dívida para 439,552 mil milhões de kwanzas, após ter compulsado o dossier que havia sido avaliado no passado, um exercício que o próprio executivo local classifica como “um acto de patriotismo e de boa gestão da coisa pública”. “Compulsados os dossiers, chegou-se à conclusão que esta dívida referente aos anos de 1992, 1993 e 1997, havia já sido validada no passado e se encontrava no Ministério das Finanças, seguindo correctamente os procedimentos constantes do Decreto Executivo n.º 57/18, de 20 de Novembro, combinado com o Despacho Interno n.º 59/20. De 08 de Maio, ambos sobre a sustentabilidade da dívida pública e atrasados”, escreve o governo do Cuando Cubango, prossequindo que o dossier, “depois de corrigido e expurgado o montante a mais, foi novamente remetido à Direcção da Dívida Pública, desta vez validada pelo actual governador provincial”. “Com este acto de rigor contabilístico, o governo provincial do Cuando Cubango poupou aos cofres do Estado, isto é, do erário, o pagamento indevido do montante de kz 2.556.961.800.096 (dois triliões, quinhentos e cinquenta e seis biliões, novecentos mil e noventa e seis kwanzas”, insiste, usando, nos números, a nomenclatura americana.

O Valor Económico contactou igualmente o Ministério das Finanças que, depois de te garantido reagir com esclarecimentos, não respondeu até ao fecho da edição.

EMPRESA SÓ EXISTE DESDE 1997

Documentos consultados por este jornal indicam que a empresa Angoskimas – Sociedade de Corte e Transformação de Madeira, Limitada, apesar de reclamar alegadas dívidas de 1992 e 1993, foi criada apenas em 3 de Julho de 1997. Com sede na RF-Huambo e capital social de 100 milhões de kwanzas, a empresa foi constituída por José Maria Zeferino que outorgou 80% do capital em seu nome e 20% em nome do seu filho Angélico José Vandra Quiel, na altura menor de idade.

Questionado, o governo do Cuando Cubango não se pronunciou, até ao fecho da edição, sobre este facto concreto.

lhes para dissipar dúvidas na medida em que, em sede das reuniões do governo local, se não estou equivocado, nunca nos foi prestada alguma informação relacionada com esta dívida, envolvendo somas avultadas”, detalha o governante.

Vários empresários originários do Cuando Cubango e que dominam a realidade empresarial da província desde a década de 1990 também juram nunca terem ouvido falar da Angoskimas. “Percebe-se, desde logo, que há qualquer coisa muito errada. Pelos valores iniciais referidos, ou seja, quase 5 mil milhões de dólares é quase uma lou-

cura. E mesmo que baixados para 700 milhões de dólares não deixa de ser de loucos. Se nos anos de bonança ninguém fez negócios a este nível com o governo local, como é possível que, na década de 1990, uma única entidade tenha feito negócios deste tipo no Cuando Cubango? É um tremendo embuste”, caracteriza um empresário local.

Governante e empresários lembraram ainda o facto de a capital da província, Menongue, ter estado

“sitiada” na primeira metade da década de 1990, o que fazia com que fosse “praticamente impossível” negócios à escala dos montantes acordados entre o governo local e a empresa.

CORRECÇÃO DA DÍVIDA FOI “ACTO PATRIÓTICO”

Confirmando a autenticidade do documento que foi “surripiado ilegalmente” da sua secretaria-geral, em comunicado enviado



ao Valor Económico,

o governo do Cuando Cubango confirma a autenticidade da dívida e explica que a validação do montante pelo governador Júlio Bessa ocorreu após a empresa Angoskimas ter solicitado uma declaração actualizada de dívida por orientação do Ministério das Finanças.

Na nota, a equipa de Júlio Bessa reafirma que, ao contrário dos 2,996 biliões de kwanzas reclamados pelo sócio-gerente da empresa, a secretaria-geral do

Economia/Política

EM 4 ANOS

JLo autorizou mais de 13 mil milhões USD em despesas fora do OGE

BALANÇO. Derivados dos combustíveis e crédito adicional para logísticas dos órgãos de defesa e segurança destacam-se entre as despesas.

Por Pedro Nvakata

A par da preferência pela adjudicação de empreitadas sem concurso público, a aprovação de despesas fora do Orçamento Geral do Estado é uma marca dos quatro anos de governação de João Lourenço. Desde que tomou posse, o Presidente da República aprovou em despesas não orçamentadas perto de 15 mil milhões de dólares, de acordo com cálculos do **Valor Económico** com recurso aos decretos presidenciais.

Esta semana, por exemplo, João Lourenço aprovou, nos mesmos moldes, 114 mil milhões de dólares para a aquisição de 2 imóveis infraestruturados para a acomodar, apetrechamento e aquisição de meios de trabalhos dos serviços públicos do Ministério dos Transportes e da Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola, motivando questionamentos.

Olhando para o histórico, João Lourenço aprovou a primeira despesa fora do OGE ainda no ano em que tomou posse. Tratou-se de um crédito adicional de mais de 8 milhões de dólares para pagamentos de despesas de prestação de serviço da empresa Antex ao



Mário Marques © VE

MEMORIZE

● Neste ano, até 23 de Setembro, João Lourenço já aprovou mais de 4,3 mil milhões USD. Só nas últimas três semanas, aprovou 166,426 milhões para pagamento despesas com 64 projectos do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, bem como 66 milhões para o sector de Ordem Pública e do Ministério do Interior.

Ministério da Defesa, além de mais 22,467 milhões de dólares para o pagamento das despesas com pacote-logístico alimentar do Estado-maior General.

Seguiram despesas aprovadas em 2018, ano em que, no global, João Lourenço aprovou mais de 4,547 mil milhões de dólares fora do OGE. Entre outras despesas, foram aprovados mais de 4,030 mil milhões de dólares para o fornecimento de derivados de petróleo, bem como mais de 103,4 milhões de dólares para abastecimento logístico para o Ministério do Interior e outros 101 milhões de dólares para “despesas relacionadas com alimentação” para o Estado-maior General. Ainda

em 2018 foram aprovados inúmeras outras despesas com valores inferiores a 100 milhões de dólares, sendo a menos impactante a de mais de 1,5 milhões de dólares reabilitação de partes do troço da estrada em terra batina” no Moxico.

Em 2019 foram, no global, aprovados mais de 3,351 mil milhões de dólares fora do OGE. Estão entre as despesas mais caras os mais de 128 milhões de dólares destinados para a execução de vários projectos de conclusão do edifício principal do complexo hospitalar Pedro Maria Tonha Pedale. Neste mesmo ano, o presidente aprovou quase 170 milhões de dólares para diversas empreitadas na Vila da Muxima, incluindo a construção da Basílica da Nossa Senhora da Muxima, orçada em mais de 11,6 milhões de dólares. Nesse ano também foram aprovados mais de 1,1 mil milhões para o fornecimento de derivados do petróleo.

Entre outras despesas em 2020 foram aprovadas cerca de 152 milhões de dólares para a produção e fornecimento de passaporte electrónico, assim como 73,8 milhões de dólares para o pagamento de despesas relacionadas com a terceira fase da prevenção da covid-19 e ainda 116,4 milhões de dólares de crédito adicional para o pagamento de pacotes logísticos para o Ministério da Defesa e Veteranos da Pátria. No global, em 2020, foram aprovados cerca de 3,15 mil milhões de dólares.

No ano em curso, até 23 de Setembro, João Lourenço já aprovou mais de 4,3 mil milhões de dólares. Só nas últimas três semanas, entre outras, aprovou 166,426 milhões para pagamento despesas com 64 projectos do Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, bem como 66 milhões de dólares para as despesas de funcionamento e investimento do sector de Ordem Pública e do Ministério do Interior.

No entanto, as despesas são ainda maiores visto que em qualquer um dos anos foram aprovados gastos com valores não discriminados.

Apesar de as despesas fora do OGE serem uma prerrogativa do Presidente da República, salvaguardada pela Lei do Orçamento, tem sido questionada a ausência de um limite máximo. Outra situação muito questionada tem sido a prioridade dos projectos aprovados no âmbito desta prerrogativa.

O BANCO MUNDIAL anunciou, recentemente, a suspensão da publicação do relatório 'Doing Business' por alegadamente terem sido relatadas irregularidades nos dados das edições de 2018 e 2020, este último ano em que Angola surgiu na posição 177.

VIAGENS INTERPROVINCIAIS

Operadoras ignoram INTR e mantêm preços altos



TRANSPORTES. Operadoras aumentaram os preços à revelia e continuam a mantê-los, apesar do aviso do órgão regulador, que ameaça suspender licenças. Partes estão a trabalhar para encontrar uma solução.

Por Mateus Mateus e Rosa Wangá

As operadoras de transporte interprovincial continuam a desrespeitar a decisão do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INTR), que proíbe o aumento das tarifas e que exige o recuo das empresas que fixaram novos preços, desde a abertura da cerca sanitária de Luanda, a 31 de Agosto.

Passados quase 15 dias sobre a decisão do INTR, as operadoras Macon, AngoReal e Tcul mantêm

os preços, apesar da ameaça de suspensão das licenças dirigida aos incumpridores.

A viagem de Luanda para Lubango, por exemplo, pela Macon, antes da pandemia, custava 12.900 kwanzas, mas passou a custar 23.300 kwanzas, um aumento de 81%. E quem sai de Luanda para a Santa Clara tem pagar 30.800 kwanzas contra os anteriores 19.500kz, aumentando 58%.

Já o preço da viagem entre Luanda e Ondjiva aumentou 57%, saindo dos 18.800 para os 29.600 kwanzas.

Na AngoReal, a viagem entre Luanda e Benguela subiu de 6.500 para 12.700 kwanzas, registando uma variação de

A diferença dos preços

Partindo de Luanda com a AngoReal

Destinos	Antes	Agora	Valor Percentual
Benguela	6,500.00kz	12,700.00kz	49%
Huambo	8,500.00kz	13,400.00kz	37%
Waku kungo	6,000.00kz	9,200.00kz	35%

Partindo de Luanda com a TCUL

Destinos	Antes	Agora	Valor percentual
Malange	3,000.00kz	5,000.00kz	40%
Uíge	2,500.00kz	5,500.00kz	55%
Zaire (Soyo)	3,000.00kz	7,500.00kz	60%
Zaire (Mbanza Congo/Luvo)	4,000.00kz	8,000.00kz	50%

Partindo de Luanda com a Macon

Destinos	Antes	Agora	Valor Percentual
Sumbe	4,400.00kz	8,400.00kz	48%
Quibala	6,100.00kz	7,700.00kz	21%
Benguela	6,700.00kz	12,900.00kz	48%
Huambo	8,700.00kz	13,600.00kz	36%
Wako Kungo	6,400.00kz	9,400.00kz	32%
Kuito	9,800.00kz	16,900.00kz	42%
Dondo	3,000.00kz	4,300.00kz	30%
Ndalatando	2,700.00kz	4,500.00kz	40%
Camabatela	3,800.00kz	6,500.00kz	42%
Cacuso	3,200.00kz	5,500.00kz	42%
Malange	3,800.00kz	6,900.00kz	45%
Xa muteba	7,000.00kz	12,200.00kz	43%
Saurimo	12,700.00kz	23,300.00kz	45%
Uíge	4,000.00kz	7,300.00kz	45%
Mbanza Congo	4,700.00kz	9,600.00kz	51%
Namibe	12,100.00kz	27,500.00kz	56%
Menongue	14,400.00kz	22,600.00kz	36%

95%, enquanto a viagem para o Huambo subiu 58%, saindo dos 8.500 para 13.400 kwanzas.

O INTR realça que as operadoras, ao procederem assim, estão em desobediência com as regras impostas pelo decreto que aprova as bases gerais para a organização do Sistema Nacional de Preços, assim como violam o decreto que determina os bens e serviços que fazem parte do regime de preços fixados e vigiados. Os operadores são ainda acusados de violarem o regulamento do Transporte Rodoviário Regular de Passageiros.

Por seu turno, as operadoras defendem-se que, com os preços praticados anteriormente, não conseguem cobrir os custos operacionais, considerando que estão obrigados a funcionar com apenas até 75% da sua lotação.

Agostinho Kialunguila, director técnico e operações da AngoReal, garante que a alteração dos preços foi feita tendo em conta a estrutura de custos das empresas, salientando que a “realidade de 2019 não é a mesma de hoje, e “o único componente dos transportes interprovinciais não é apenas o combustível”.

No entanto, reconhece que não têm autorização para a revisão dos preços. E adianta que o INTR solicitou às empresas a estrutura de custos, estando, neste momento, o Ministério a avaliar as propostas das empresas. “O INTR não foi informado sobre a aplicação das novas tabelas, mas têm de entender que nós tivemos o serviço interprovincial parado desde Março de 2020, e também sofremos todas as consequências da crise”, assegura.

Outra justificação da subida dos preços é baseada no “elevado custo operacional”, que é também “resultado do mau estado das estradas nacionais”, assim como a dificuldade da aquisição de peças no mercado internacional, devido à variação cambial, entre muitos outros.

Mercados & Negócios



EXECUTIVO NÃO QUER SUBIR PREÇO

Decisão política coloca operadores de enchimento de gás à porta da falência

INDÚSTRIA. Operadores têm custos acima das receitas e antevêm falência caso não se altere imediatamente o quadro. Ministério das Finanças tem proposta em cima da mesa já há cinco anos, mas reajustes não se adequam ao momento, segundo o Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo (IRDPA). Empresas apontam o dedo às eleições.

Por Guilherme Francisco

O preço de comercialização de gás butano, fixado até 1.200 kwanzas, está completamente desajustado à realidade actual. Desde 2015 que os operadores têm reiteradamente exigido aumentos aos ministérios das Finanças e dos Petróleos, face à desvalorização da moeda, aos custos operacionais e a outras despesas que, a cada dia, disparam, conforme explicam gestores das empresas Saigas e GasTem.

Severino Chingala, director financeiro da Saigas, entende que o preço não é reajustado apenas porque o Ministério das Finanças “faz de contas”, porquanto tem acesso aos relatórios e contas das empresas. “O custo é a base de determinação do preço, as empresas apresentam relatório e contas, ninguém se preocupa em analisar qual é a média do custo operacional histórico das empresas, são simplesmente ignoradas”, lamenta.

A cobrir 70% da necessidade do mercado nacional, refere que, apesar da subvenção, as empresas não conseguem contornar a “asfixia” provocada pelos elevados custos. No entanto, entende que os aumentos não são feitos simplesmente por questões de ordem política, tendo em conta as eleições gerais do próximo ano. “Como a subida de preço tem implicações políticas, então a decisão política é que as empresas vão à falência. O Estado não quer saber. Estamos há três anos consecutivos com resultados negativos. Neste momento, as operadoras não ganham dinheiro, estão a trabalhar como ONG”, resigna-se, avançando que algumas mais pequenas estão “a um triz” de fechar portas e a Saigas só não o faz por conta de “algumas aplicações financeiras”.

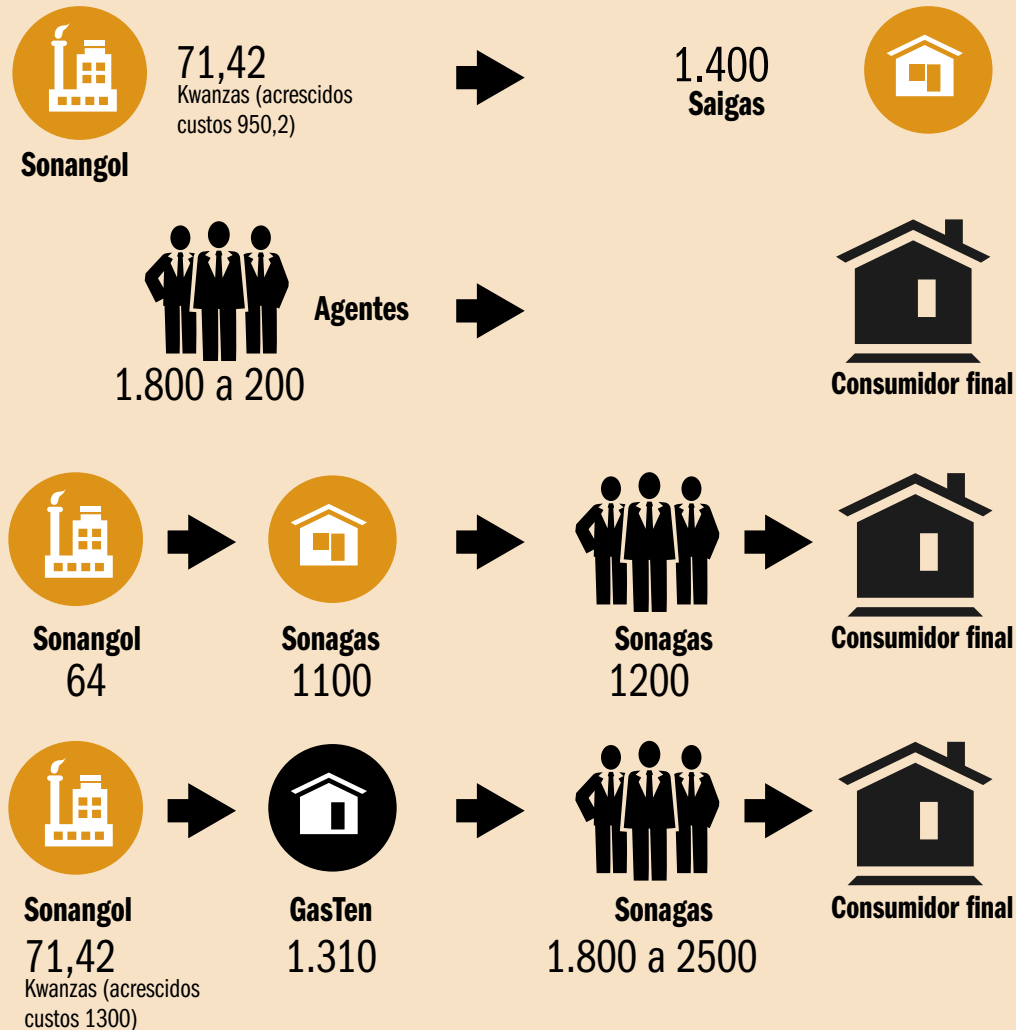
Chingala acredita, entretanto, numa eventual subida depois das eleições gerais, à semelhança do que poderá acontecer com os combustíveis, pelo que propõe um aumento de 30%, ao mesmo tempo que se mostra “revoltado” com o facto de

OS JOVENS DA PROVÍNCIA do Zaire vão ser formados, a partir de sexta-feira, pela delegação do Banco Nacional de Angola, em matéria de literacia financeira, para elevar os níveis de bancarização dos consumidores.

Gestor da Gastem defende aumento da subvenção até 60% ou 70%



Preço do gás incluindo somente custos com transporte da Sonangol às empresas



a Sonagas, operadora detida pela Sonangol, fazer “concorrência desleal”. Para o gestor da Saigas, a subsidiária da Sonangol vende muito abaixo do custo, com margem de apenas 100 kwanzas, o que, como refere, contribui para “agudizar a crítica situação financeira das quatro operadoras privadas que estão a engatinhar”.

Por sua vez, Amaro Servente, director comercial da GasTem, reconhece a dificuldade dos consumidores, devido à queda do poder de compra, mas defende a “necessidade urgente” de reajustes. Só no mês de Julho, os custos estiveram na ordem dos 102 milhões de kwanzas, bastante próximo das vendas. “Estamos a passar pelas mesmas dificuldades, se nós fecharmos, não há gás para ninguém. Todas as empresas privadas estão nesta luta, não sei qual é a política que se vai aplicar”, expõe, sugerindo o aumento da subvenção ou aplicação dos preços reais. “Se não é possível colocar os preços reais, o Estado devia rever o valor da subvenção,

MEMORIZE

● **Um ano** após aprovação dos decretos Presidenciais 283/20, de 27 de Outubro, e o Executivo conjunto n.º 331/20, de 16 de Dezembro, que estabelece o modelo de definição dos preços dos produtos derivados e do gás natural e uma nova estrutura de custos e preços dos produtos, empresas defendem novos preços.

“aumentar um bocadinho para 60 a 70% para que as empresas possam sobreviver.”

Os custos elevados arcados na transportação têm atrapalhado a operadora na distribuição de gás para as outras províncias, sobretudo no leste, razão pela qual tem havido constante escassez. Uma tendência que poderá piorar nos próximos meses.

No entanto, as empresas e agentes revendedores são obrigados a violar o decreto de 2015, que fixa o preço do gás a 1.200 kwanzas, na tentativa de sobreviverem porque, justificam, os custos se tornaram “elevadíssimos” com a pandemia da covid-19, além do “estado precário” das estradas.

MOMENTO NÃO É APROPRIADO, ENTENDE IRDP

Um ano após aprovação dos decretos Presidenciais 283/20, de 27 de Outubro, e o Executivo conjunto n.º 331/20, de 16 de Dezembro, que estabelece o modelo de definição dos preços dos produtos derivados e do gás natural e uma nova estrutura de custos e preços de referência dos produtos derivados do petróleo, incluindo o gás butano, baseada nos preços de paridade do mercado internacional e na taxa de câmbio, como mecanismo automático de ajustamento e actualização das margens de comercialização, a entidade reguladora, Instituto Regula-

dor dos Derivados do Petróleo (IRDP), explica, ao Valor Económico, que o contexto não é ideal para aumento de preços.

“O ajustamento do preço do gás nas condições económicas actuais poderá ter um impacto negativo sobre as camadas mais vulneráveis da população, sendo, por este motivo, uma preocupação perene do Executivo”, justifica.

O IRDP reconhece a “situação crítica” com que se debatem as empresas, com os custos operacionais que se tornaram muito elevados com as subidas sucessivas da taxa de câmbio, assim como o custo de transporte do gás para cobrir as outras províncias. Mas salienta que a decisão está refém do Executivo. “Caberá ao Executivo ponderar sobre o momento adequado que eventualmente estabeleça o equilíbrio entre preservar a sustentabilidade das empresas que operam no enchimento e distribuição de gás e simultaneamente proteger os consumidores em termos de preço e disponibilidade do produto.”

PRESSÃO DE JLO

General Dino livra-se de acções na Trafigura em troca de 390 milhões de dólares

O general Leopoldino Fragoso do Nascimento vendeu 15% das acções que tinha na Puma Energy, através da Cochán, a Trafigura no valor de 390 milhões de dólares.

De acordo com o Financial Times, o braço direito do então presidente da República, José Eduardo dos Santos, passa a ter apenas 5% na subsidiária que tinha o monopólio de importação de combustível e uma rede de postos de venda de gasolina em Angola. A Puma adquiriu 12 milhões das acções detidas por Leopoldino do Nascimento, no valor de 33 dólares por acção.

“A avaliação utilizada é pré-covid e é consistente com os 49,3% da Puma que a Trafigura detinha à altura”, justifica a compra a empresa, considerando-a de “confortável.”

A fonte salienta que a decisão da compra das acções foi motivada pela imposição do presidente da República na mudança do mercado que, entretanto, em 2018 tirou a Trafigura na importação de combustível. Tendo passado, através de concurso público, a Total e a Glencore.

O ano passado, o general Dino juntamente com Kopelipa entregaram ao Estado um conjunto de activos, avaliado em mais de mil milhões de dólares, constituídos com fundos públicos, na sequência de um processo aberto pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

DE JURE

EX-DIRECTOR DA 'SECRETA' DE MOÇAMBIQUE

Empresa de atum servia para recolha de informação

A justiça moçambicana acusa os 19 arguidos do processo principal das 'dívidas ocultas'.



Em relação à criação da Mozambique Assets Management (MAM), outra das empresas na base das dívidas ocultas, Leão justificou a decisão com a necessidade de assegurar a manutenção da frota e equipamentos navais da Proindicus e Ematum, bem como de outras entidades não ligadas ao Estado.

Leão admitiu ter sido ele a solicitar ao antigo ministro das Finanças Manuel Chang a emissão das garantias do Estado para suportar os 2,2 mil milhões de dólares de dívidas mobilizados a favor das três empresas.

O tribunal acusa Gregório Leão de ter recebido 8,9 milhões de dólares através de depósitos feitos a favor da mulher Ângela Leão, também arguida e já interrogada no julgamento em curso.

A justiça moçambicana acusa os 19 arguidos do processo principal das 'dívidas ocultas' de se terem associado em "quadrilha" e delapidado o Estado moçambicano em 2,7 mil milhões de dólares, valor apontado pela procuradoria e superior aos 2,2 milhões de dólares até agora conhecidos no caso, angariados junto de bancos internacionais através de garantias prestadas pelo governo.

As 'dívidas ocultas' foram contraídas entre 2013 e 2014 junto das filiais britânicas dos bancos de investimentos Credit Suisse e VTB pelas empresas estatais moçambicanas Proindicus, Ematum e MAM.

Os empréstimos foram secretamente avalizados pelo governo da Frelimo, liderado pelo Presidente da República à época, Armando Guebuza, sem o conhecimento do parlamento e do Tribunal Administrativo.

DÍVIDAS OCULTAS. Antigo responsável moçambicano admite ter sido ele a solicitar ao antigo ministro das Finanças, Manuel Chang, a emissão das garantias do Estado para suportar as dívidas de 2,2 mil milhões USD, mobilizados a favor de três empresas.

Por Redacção

A criação da Empresa Moçambicana de Atum (Ematum), beneficiária do dinheiro das dívidas ocultas, foi justificada, esta terça-feira, com a necessidade de se recolher informação sobre actividades suspeitas na costa daquele país lusófono.

De acordo com o antigo director dos serviços secretos moçambicanos Gregório Leão, que é arguido

no processo das 'dívidas ocultas', durante uma audição em tribunal, "a Ematum era para a pesca de atum e também para facultar informação, através de trabalho de 'intelligence' sobre o que estava a acontecer no mar".

A Ematum, conforme a acusação do Ministério Público, recebeu 850 milhões de dólares e foi uma das três firmas usadas como veículo para a materialização do esquema criminoso.

O antigo director do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE) afirmou – quando questionado pelo Ministério Público

sobre a pertinência da criação da Ematum, depois da fundação da Proindicus – que, na avaliação da acusação, tinha a mesma vocação – que a firma de atum iria combinar a actividade de pesca e a recolha de informações sobre embarcações envolvidas em operações suspeitas nas águas moçambicanas.

"Se aquelas embarcações [suspeitas] estavam envolvidas apenas na pesca ou noutro tipo de actividades, era isso que nos queríamos aferir", enfatizou Gregório Leão, avançando que a Proindicus foi pensada para actividades de defesa e segurança com cariz mili-

tar, nomeadamente a protecção das multinacionais petrolíferas envolvidas nos projectos de gás natural.

O ex-director do SISE disse ainda que vários estudos indicaram a existência de tráfico de droga e de pessoas, pesca ilegal e ameaça de pirataria nas águas moçambicanas.

O réu citou estudos que apontavam para a presença de cerca de 100 empresas envolvidas em actividades de pesca, considerando esse número exorbitante face às receitas anuais de quatro milhões de dólares que disse que eram encaixadas pelo Estado moçambicano com a actividade piscatória.

DO DOMÍNIO DOS EUA À LIDERANÇA DA CHINA

70 anos de produção automóvel

INDÚSTRIA AUTOMÓVEL. Desde a década de 1950, a seguir ao termo da Guerra Mundial, que os EUA dominam a produção automóvel. Nunca saíram dos três primeiros lugares, apesar de, nos últimos anos, enfrentarem a forte concorrência asiática. E quando se fala de construção automóvel, pensa-se logo na eficiência alemã, que a partir de 1960 começou a ganhar respeito. Notável é a ascensão da China que, há 20 anos, entrou para o topo e ameaça nunca mais sair. Entre os produtores, merecem destaques os países do Terceiro Mundo, como a Índia, México, Tailândia e até o Brasil.



Por Redacção

1950

EUA com mais carros do que todos os outros países juntos. Era a época da construção dos míticos Ford. Saída da guerra, e dividida em duas, a Alemanha nem aparecia nos cinco primeiros, mas já estava perto, com 'rei' Volkswagen.

1 EUA	8.003.900
2 Reino Unido	796.907
3 Canadá	387.917
4 França	367.446
5 União Soviética	365.604

1960

A Alemanha Ocidental, a Federal, começava a dominar a produção europeia. Com um mercado vasto, os EUA conseguiam manter-se no topo, apenas com o fabrico para consumo interno. Surgem no topo os fabricantes italianos da Fiat e franceses da Renault e Peugeot.

1 EUA	7.906.768
2 Alemanha Federal	2.062.045
3 Reino Unido	1.811.896
4 França	1.373.605
5 Itália	647.862

1970

Eis que surge, em grande força, o Japão, com os seus Toyota em primeiro plano. Em apenas uma década, passam a ser os segundos maiores fabricantes. Destronam os europeus, em especial, os italianos. Cresce o fabrico no Reino Unido com os Land-Rover e os Mini, o carro do mr. Bean.

1 EUA	8.281.599
2 Japão	5.323.276
3 Alemanha Federal	3.842.552
4 França	2.754.914
5 Reino Unido	2.090.379

1980

Definitivamente, é a década nipónica. Os japoneses ultrapassam, pela primeira vez, os EUA. Aliás, é mesmo o mercado norte-americano que também alimenta a ascensão japonesa. Em vésperas de colapsar, a URSS ainda consegue ser a quinta maior fabricante. Era a década dos Lada e dos Niva.

1 Japão	11.062.710
2 EUA	8.024.223
3 Alemanha Federal	3.887.255
4 França	3.381.736
5 União Soviética	2.197.733

1990

Consolida-se o domínio do Japão que consegue evaporar a forte concorrência das principais indústrias europeias. Há uma ligeira recuperação dos italianos. São tempos dos utilitários da Fiat e da Lancia e o crescimento da Alfa Romeo. Todos beneficiam com a crise automóvel nos EUA. São tempos dos utilitários da Fiat e da Lancia e o crescimento da Alfa Romeo.

1 Japão	13.379.160
2 EUA	9.842.465
3 Alemanha Federal	4.967.248
4 França	3.760.078
5 Itália	2.106.235

2000

EUA recuperam a liderança, muito por força do mercado asiático que começa a dar sinais de um crescimento acelerado. Só o Japão e a Coreia do Sul fabricam mais do que os principais produtores europeus juntos. Começam a aparecer, em grande escala, os Kia, Hyundai e até Samsung.

1 EUA	12.789.720
2 Japão	10.148.220
3 Alemanha	5.529.242
4 França	3.350.626
5 Coreia do Sul	3.121.294

2010

O Império chinês já tinha dado os primeiros sinais no início de 2000. Em 2008, de uma assentada, ultrapassava os EUA e o Japão, colocando os norte-americanos na terceira posição. Os chineses facilmente lideram o fabrico de automóveis só a satisfazer o mercado interno. É o tempo do Chevrolet, Tesla, Ford e Renault (sim, todos chineses).

1 China	18.268.180
2 Japão	9.601.580
3 EUA	7.763.503
4 Alemanha	5.911.340
5 Coreia do Sul	4.280.305

2020

A China dispara. Já fabrica mais carros do que os 'gigantes' EUA, Japão e Alemanha juntos. A tendência dos últimos anos é de um contínuo crescimento, com o gráfico a subir sem qualquer oscilação. Números do final do ano da pandemia apontam para mais de 25 milhões de automóveis a rodar fabricados na China. A marca Hongguang é a mais vendida.

1 China	25.225.240
2 EUA	8.822.399
3 Japão	8.067.557
4 Alemanha	3.742.542
5 Coreia do Sul	3.506.774

(In)formalizando

MARCENEIROS COM MAIS DIFICULDADES E MENOS LUCROS

Material mais caro e vendas escassas

CRISE. Carpinteiros e marceneiros lamentam a redução de lucros por causa das restrições impostas pela covid-19. Há preços de materiais que dispararam para o dobro. Época das chuvas poderá trazer mais aumentos.



Por Redacção

Oficinas de móveis e de materiais rústicos têm registado quedas sucessivas de receitas desde o ano passado. Actualmente, a facturação mensal situa-se entre os 110 e os 300 mil kwanzas, ao passo que, antes da pandemia, atingiam entre os 600 mil e os 1,5 milhões de kwanzas, em média, dependendo do tamanho da oficina.

Com este cenário, também passaram a investir menos. Na compra de matérias-primas, por exemplo, houve alturas em que investiam, por mês, entre 400 e 600 mil kwanzas. Hoje, não ultrapassam os 200 mil kwanzas mensais.

Por isso, o gestor da Marcenaria da Brigada, em Luanda, Osvado David, admite que “não tem sido fácil” gerir o negócio, porque, “devido à crise, as pessoas decidi-

ram fazer contenção financeira”, reservando o dinheiro para questões mais básicas, como saúde e alimentação.

“As pessoas decidiram dar prioridade à saúde, adquirir produtos de carpintaria só mesmo quando extremamente necessário”, desabafa, estimando que, em bons momentos, registava receitas mensais que variavam entre 900 e 1,5 milhões de kwanzas.

“Os trabalhos, com o surgimento da pandemia, foram muito afectados e, em 2019, recebiam-se encomendas diárias. Num dia, a oficina podia receber cinco encomendas de guarda-fatos de 250 mil, mas agora recebemos uma a duas encomendas por mês”, revela. E acrescenta que, apesar de o custo da matéria-prima ter aumentado, o mesmo guarda-fatos, antes vendido a 250 mil, passou para os 170 mil, devido à pouca procura.

João de Almeida é outro empreendedor que dá voz às dificuldades. No melhor momento, tinha uma margem de facturação não muito distante dos números de Osvado David. Juntava cerca de 1 milhão de kwanzas mensalmente, mas hoje baixou para os cerca de 250 mil kwanzas.

Apesar da queda brusca, a empresa conseguiu manter-se e os trabalhadores. Já atendeu, mensalmente, mais de 20 clientes, que requisitavam mobílias de grande porte, mas os números reduziram-se para dois a três clientes. “Durante o dia, até vêm clientes visitar a loja, saber dos preços, mas, para encomendar, é uma ou duas vezes por mês”, compara.

Por outro lado, Agostinho Santos, há mais de 20 anos na profissão, entende que a construção de móveis foi dos sectores mais afectados nos últimos tempos.

Outro empreendedor, Fer-

1,5

Milhões de kwanzas, facturação máxima de várias oficinas antes da pandemia

nunca antes vi contraplacado de eucalipto”, reclama.

ALTOS CUSTOS DA MATÉRIA-PRIMA

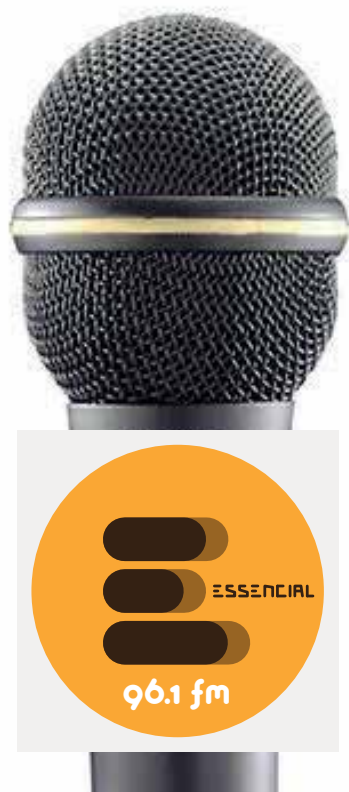
Outro desafio dos marceneiros tem sido o alto custo da matéria-prima. Estimam, por exemplo, que as tábuas que, antes custavam entre 10 e 12 mil, tenham passado para os 15 e 16 mil kwanzas. Também o preço do verniz disparou. O litro passou dos 5 para os 18 mil kwanzas.

Segundo cálculos dos marceneiros, o contraplacado de quatro milímetros varia entre 34 e 35 mil kwanzas. Antes custava 24 mil. Para a compra do mesmo material, pelo qual pagavam cerca de 150 mil kwanzas, hoje pagam cerca de 300 mil kwanzas, ou seja, o dobro do preço. Além disso, já calculam que os preços poderão registar um novo aumento, nos próximos tempos, seguindo a tendência em época chuvosa.

nando António Manuel, defende a intervenção do Governo para que Angola possa produzir matéria-prima “com qualidade”, evitando móveis feitos com material sem qualidade. Acusa empresários, sobretudo de origem asiática, de estarem a produzir contraplacado de eucalipto que “dificulta a produção e tira valor à profissão”. Recorda que, no tempo colonial, se trabalhava com contraplacado feito de moreira, mogno, kibaba. “Hoje está a ser feito de eucalipto,

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Calorosos parabéns ao 72.º aniversário da Fundação da República Popular da China



Gong Tao,
Embaixador
Chinês



1 de Outubro do ano corrente marca o 72.º aniversário da fundação da República Popular da China. Através do trabalho diligente e unido, a China criou um milagre chinês que atraiu a atenção mundial, conseguiu embarcar um caminho de socialismo com características chinesas, e se tornou a segunda maior economia do mundo a partir de pobreza e miséria. Hoje, ficamos muito felizes e orgulhosos deste país e desejamos parabenizar sinceramente ao seu aniversário.

Diante da complexa e grave situação da pandemia e da economia mundial este ano, e levando em consideração a coordenação entre as medidas de enfrentamento à pandemia e o desenvolvimento socioeconômico do país, a China vem implementando efetivas políticas macroeconômicas para ampliar a abertura ao exterior favorecer a retomada sustentada das atividades econômicas com resultados promissores, dando assim um novo impulso à recuperação econômica global.

A economia chinesa mantém um bom ímpeto de crescimento. O PIB chinês ultrapassou 8,2 trilhões USD no primeiro semestre deste ano, com um aumento de 12,7%. Vários principais indicadores, como o lucro e os investimentos de empresas apresentaram uma tendência positiva. O con-

sumo final já responde por 61,7% do crescimento econômico, salientando o propulsor da demanda do mercado interno; o valor adicionado das principais indústrias manufatureiras de alta tecnologia subiu 22,6% em relação ao ano anterior, com uma crescente força motriz gerada pela inovação. A taxa de desemprego caiu para 5%, os preços ao consumidor tiveram uma subida moderada e a diferença de renda entre a população urbana e a rural continua em queda. Segundo as últimas projeções do Banco Mundial, a economia chinesa deve crescer 8,5% em 2021, a maior taxa entre as principais economias mundiais, respondendo por mais de 25% do crescimento global. Estas conquistas demonstram que a economia da China tem uma base sólida, boa resiliência e forte impulso para o crescimento, contando com fundamentos e condições para um crescimento sustentado de longo prazo.

Recentemente, o governo chinês lançou uma série de políticas regulatórias para a IPO em bolsas de valores no exterior para setores da economia de plataforma digital,

educação e formação. São medidas a partir da perspectiva estratégica de construir um novo paradigma de desenvolvimento, promover um crescimento de qualidade e a prosperidade comum. São também medidas importantes que atendem ao requisito inerente de aprimorar a economia de mercado socialista e que têm em vista criar um ambiente de negócios justo e competitivo, abrir maior espaço para o crescimento de todos os tipos de agentes do mercado, especialmente as pequenas e médias empresas, e proteger melhor os direitos e interesses dos consumidores. A economia digital da China, por exemplo, movimentou mais de 5,4 trilhões USD, o segundo maior do mundo, respondendo por 38,6% do PIB nacional. Com o crescimento das empresas de plataforma digital, aumentam os casos de monopólio de mercado, preço discriminatório e violação dos direitos do consumidor. Intensificar o controle regulatório em resposta aos problemas acima mencionados não visa a restringir o capital, um determinado setor ou empresas específicas, mas sim melhorar o ambiente

e a governança do mercado, viabilizar o desenvolvimento regularizado e saudável dos setores em questão e alcançar benefícios a longo prazo.

A abertura chinesa subirá a um novo patamar. Hoje, a China é o maior parceiro comercial de mais de 120 países e regiões, inclusive Angola, além de ter o maior volume mundial no comércio de bens e serviços. Mesmo no contexto da pandemia, a China organizou uma série de feiras e exposições internacionais, tais como a Feira de Cantão, a Feira Internacional do Comércio de Serviços, a Exposição Internacional de Importação e a Exposição Internacional de Produtos de Consumo, tomando a iniciativa de oferecer plataformas de cooperação aberta com ganho mútuo a empresas angolanas e globais. No primeiro semestre de 2021, as importações e exportações chinesas de mercadorias totalizaram 2,8 trilhões USD, o novo recorde histórico, enquanto os investimentos estrangeiros efetuados na China aumentaram 28,7%. A China continua trabalhando para formar um ambiente de negócios regido pelas

regras do mercado, das leis e dos padrões internacionais, criando novas oportunidades para países de todo o mundo.

Este ano marca o 38.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas China-Angola e o 11.º aniversário da parceria estratégica. As relações bilaterais de amizade e cooperação têm sido continuamente consolidadas e desenvolvidas. Os dois países amigos apoiam-se nos interesses tangíveis, especialmente nos interesses centrais de cada um, para salvaguardar conjuntamente a posição central da ONU no sistema internacional e no multilateralismo, para ajudar uns aos outros e promover o desenvolvimento nos aspectos sócio-econômicos. A China tem sido o maior parceiro comercial de Angola por muitos anos, e é a maior fonte de investimento direto de Angola, um importante parceiro de infraestrutura. Por sua vez, a Angola tem sido um dos principais fornecedores de petróleo bruto da China. A cooperação econômica e comercial entre os dois lados tem uma base sólida, forte complementaridade e perspectivas de desenvolvimento de longo prazo. Nos primeiros sete meses deste ano, o volume de comércio bilateral entre a China e Angola atingiu 12,48 mil milhões USD, um aumento homólogo de 28,2%, dos quais as exportações de Angola para a China foram de 11,23 mil milhões USD. Estamos dispostos a compartilhar o dividendo do nosso desenvolvimento com Angola e outros países para, juntos, promovermos a recuperação da economia global.

Viva a grande República Popular da China!

Viva a grande amizade China-Angola!

Com os dados apresentados pela Arseg, podemos verificar que o sector segurador teve uma grande resiliência à pandemia covid-19, pois, em termos gerais, viu a carteira de prémios aumentar...



A Resiliência do Sector Segurador à Pandemia Covid-19



Miguel Guerreiro,
Manager EY,
Assurance Financial Services

No início do mês de Agosto, a Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg) apresentou os principais indicadores do sector segurador relativos ao exercício de 2020, que, como se sabe, ficou inevitavelmente marcado pela pandemia causada pelo novo coronavírus.

Apesar das restrições à circulação de pessoas, bens e serviços e as políticas de contenção e prevenção impactaram fortemente a economia mundial e a economia nacional, os números

apresentados demonstram que o impacto da pandemia no sector segurador não foi tão gravoso como se podia prever.

Um dos principais indicadores do sector segurador continua a ser os prémios emitidos e no ano de 2020 assistiu-se a um aumento de 23% face ao exercício de 2019, ascendendo assim a cerca de 224 mil milhões de kwanzas, sendo que o principal ramo continua a ser Acidentes, Doença e Viagem, representando com cerca de 53% dos prémios do sector à semelhança de anos anteriores.

Em termos de sinistralidade no exercício de 2020, verificou-se um rácio global de 41%, o que representa uma melhoria de 1 p.p. face ao período homólogo, é importante referir que, para esta melhoria, muito contribuiu a diminuição da sinistralidade do ramo de Acidentes, Doença e Viagem de 61% em 2019 para cerca de 50% no exercício de 2020. Esta diminuição do rácio de sinistralidade teve também

Um dos indicadores mais importantes no mercado segurador para se conseguir saber a robustez e transmitir segurança aos stakeholders é a margem de solvência que, para o exercício de 2020, se situou nos 101%, em termos médios.

uma consequência positiva no rácio combinado que apresentou, em 2020, um valor de 75%, uma melhoria de 2 p.p. face ao período homólogo.

Apesar de os resultados técnicos terem diminuído face ao exercício anterior em cerca de

47%, estes continuam positivos, o que demonstra que o sector se apresenta resiliente mesmo num contexto pandémico.

Um dos indicadores mais importantes no mercado segurador para se conseguir saber a robustez e transmitir segurança aos stakeholders é a margem de solvência que, para o exercício de 2020, se situou nos 101%, em termos médios, o que significa que continua acima do que é legalmente exigível.

Com os dados apresentados pela Arseg, podemos verificar que o sector segurador teve uma grande resiliência à pandemia covid-19, pois, em termos gerais, viu a carteira de prémios aumentar, o seu rácio de sinistralidade diminuir, assim como o rácio combinado e o seu nível de solvência continua situarem-se acima dos 100%, o que demonstra uma solidez do sector que, mesmo num ano difícil como 2020, conseguiu continuar a apresentar indicadores bastante positivos.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Enquanto o nosso viajante em chefe continua a voar pelos ares num quase ritual migratório que recomeçou com a visita ao Kwanza-Norte, sendo que esta semana saiu dos EUA para Espanha, enquanto se entretém (e à sua entourage que se diz de várias dezenas), a receber prémios pelo seu destacado serviço, desta feita, em prol do ambiente, depois de ser condecorado (pelo seu excelente trabalho, imagino), por um presidente, entretanto, deposto num golpe de Estado, no país que devia ser a prioridade na agenda, a criminalidade parece ter saltado completamente a franga... E os nossos polícias, coitados, não têm mãos a medir, sendo que também eles têm de lutar com a cesta básica, que, apesar dos decretos e ordens administrativas, continua a evoluir na direcção diametralmente oposta à do crescimento dos salários.

É neste quadro, inflacionário e de crise económica e social, que os prémios que o Presidente João Lourenço vai recebendo levantam questionamentos variados.

Se muita gente se perguntava qual seria o serviço merecedor de condecorações, sendo que a ausência de indicadores sociais ou económicos que tenham melhorado durante os quatro anos de governo lourencista é evidente, no caso do prémio pelo ambiente, a coisa tornou-se de tal ordem motivo de chacota, que, francamente, a pergunta que fica no ar é “para quê expor a Presidência a tanto ridículo?”

Não só não faltam perguntas (e afirmações) sobre a relação contra-

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLL

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA. AV 21 DE JANEIRO.
BAIRRO ROCHA PINTO. ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I- Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8. Junto ao largo da Zap TV
II- Rua Marien Ngouabi n.º 1 distrito urbano da Malanga
III- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I- Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Missão)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903/+244 998 632 631

tual entre o Governo e uma empresa ligada à fundação que lhe deu o prémio, sugerindo uma troca contratual para “inglês ver”, mais do que isso, um prémio ambiental torna-se absurdo para quem conhece a capital onde o Presidente reside e sabe que até na Cidade Alta a falta de saneamento grosseira assalta os sentidos. Numa capital onde o lixo ainda há pouco cobria os passeios com larvas, onde crianças mergulham em valas imundas a céu aberto em busca de sustento, prémio para o mais alto mandatário

receber é mesmo o de ambiente? E agora pergunto eu, não havia mesmo mais nada? O PR diz que ser homem do campo, não podiam ter encontrado um prémio de produção agrícola presidencial, ou um prémio de exonerações, ou de horas de voo, que fosse? Prémio do ambiente? É que, para além de se faltar de voar em grandes (e privados) aviões, e com isso contribuir para o aumento do dióxido de carbono que destrói a atmosfera, para além de, pelos vistos, ter apreço por sapatos de pele de

crocodilo que lhe colocariam na lista negra de qualquer ambientalista ou vegan, ainda se trata do mesmo presidente que autorizou exploração petrolífera em zonas que deviam ser protegidas... e foi o ambiente o melhor que se lembraram?

É talvez por isso que o discurso do PR na tribuna das Nações Unidas se focava na pandemia, na covid-19, nas vacinas e nos golpes nos países dos outros... É que pouco haverá para mostrar de trabalho feito por uma Angola onde os indicadores

da qualidade de vida se vão deteriorando a cada dia.

E um desses indicadores é, sem dúvida, a segurança que se vai esvaindo à medida que a pobreza, a falta de emprego, o custo de vida e a falta de perspectivas vão empurrando cada vez mais angolanos para o crime. Alguns até para o suicídio, cujos relatos vão aumentando substancialmente nos últimos tempos. Dados do Serviço de Investigação Criminal revelados recentemente davam conta de 2.500 notificações de suicídio nos últimos quatro anos, mas os especialistas temem que o número seja bastante mais elevado, segundo a DW, à medida que mais gente vai sucumbindo às pressões psicológicas da miséria e da falta de perspectivas.

Esta semana, as redes sociais andaram repletas de vídeos de violentos assaltos à mão armada que contribuem para que o sentimento de insegurança aumente, mas também se tornou viral um vídeo de um dos muitos camiões de comida a serem assaltados à luz do dia, mas não por bandidos – por pessoas com famílias para dar de comer, que descem do táxi e dos carros para tentar apanhar sacos de comida enquanto a policia não chega, um sintoma de que a crise já é de tal ordem severa que os riscos para a integridade e estabilidade do tecido social se vão tornando proibitivos. E o maior problema desta insegurança que vem do aumento da criminalidade, e que se junta a outras inseguranças graves como é a insegurança alimentar e a insegurança de saúde – o problema é que se trata de inseguranças continuadas, sem qualquer perspectiva de fim à vista. E, por sua vez, o resultado dessas inseguranças continuadas sem perspectivas de fim à vista – é o morrer da esperança que termina, por sua vez, em mais desespero, mais crime e mais desgraça.

É vital para a saúde do dito tecido social que exista esperança e que a liderança tenha a capacidade e responsabilidade de a inspirar. Pergunto-me se os nossos líderes terão, sequer, consciência dessa responsabilidade...

A propósito de inspiração, em Portugal, as eleições autárquicas elegeram os primeiros angolanos para cargos de administração local, tanto em terras lusas, como em terras angolanas, já que as prometidas autárquicas em Angola foram varridas do programa de Governo – passando a engrossar a longa lista de promessas por cumprir.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 276 Likes 1.060 Partilhas 77

Os temas mais comentados da semana na página do Facebook do Valor Económico, que alcançaram cerca de 90 mil internautas e registaram mais de 12 mil interações, foram a dívida da Total detectada numa auditoria ao bloco 32, o aumento das propinas dos licenciados e o negócio que envolve a Shoprite e os espaços da rede Kero.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Grahas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Nelson Baptista

Alguém sabe se há alguma empresa de auditoria indiciada nos processos de desvio dos biliões das empresas estatais e outros órgãos do Estado?????



Osvald Frank Antony

No mundo dos biliões, o kilapi é normal



NacionalMusic Angola

Tudo isto e porque eles sabem que o governo é corrupto, se fossem sérias estas empresas estariam fora de Angola.



Alberto D. Manuel

Estamos a morrer lento, lento... Angola, Angola



Inacio Dennis Antonio

Que seja a grande Shoprite empresa séria e firme...



Carlos Fiança

Não há solução plausível que não seja a SHOPRITE para desadornecer esse SHOPPING!



Gil Cassua

É lastimável a situação em que estamos a viver em Angola.



Marcos Guelson

Emanuel Camando o problema destas instituições é que não pensam na repercussão negativa que causam aos munícipes pensam mais é em encher os bolsos antes de na população. Pois o centro ficou mesmo desértico e sem outras como a TvCabo a Seaside, o banco Millennium entre outros.



Cláuneth Manuel

Edna José As lojas reabrirão. Tão logo a Shoprite Angola tomar posse do mercado,



Nelson Costa Costa

Diziam os do MPLA se não vencerem as eleições de 2017, levariam tudo que investiram até os KERO's e outras instituições. Hoje...



César Contreiras Mariano

Acredito que foi falta de organização



Txi Ferreira Da Silva

Até o Kero estragaram



Miguel Silva

Realmente... abriram o Kero num espaço não terminado, obras por todo lado inacabadas



Paulo Cardoso

E receita para África do Sul



Bruno Manuel António

Paulo Cardoso Gera emprego em Angola, impostos, etc.



Leo Vieira Felice

Bruno Manuel António Pagam mal e não dão alimentação nem transporte aos trabalhadores



Paulo Cardoso

Bruno Manuel António Gera emprego (sim) Abaixo dos 40%. Salários baixos, e trabalho em contrato determinado a nível doméstico. Já imaginaste o KERO com uma administração Angolana ou Empresa Angolana estaríamos na ordem dos 100%



Sheriff Sheriff

Vocês com esse parque são mixeiros... 1 h 300,00 kz/ A fracção 300,00 kz. Podem fechar mesmo... mixeiros

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19



EM BREVE

Coreia do Sul avança com terceira dose

A Coreia do Sul planeia administrar a terceira dose da vacina contra a covid-19 aos grupos prioritários, nos próximos meses, anunciou o governo.

O primeiro-ministro sul-coreano, Kim Boo-kyum, disse que, na próxima segunda-feira, vai divulgar as datas exactas de administração da dose de reforço, adiantando que será aplicada nos próximos meses.

Conforme apontou, numa primeira fase, a vacina será administrada a pessoas com mais de 60 anos e a profissionais da saúde.

Por outro lado, o executivo quer encurtar o actual intervalo entre a primeira e a segunda dose.

Segundo os dados da Agência de Prevenção e Controlo de Doenças Infecciosas (KDCA), 45,2% da população do país já foi inoculada com as duas doses, enquanto 74,1% receberam a primeira dose.

As previsões do governo apontam para mais de 70% da população vacinada com as duas doses até ao final de Outubro.

PARA DOSE DE REFORÇO

Europa avalia pedido da Moderna

A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) anunciou estar a avaliar o pedido da farmacêutica Moderna para administrar uma terceira dose de reforço da vacina na União Europeia, para maiores de 12 anos.

“A EMA começou a avaliar um pedido para a utilização de uma dose de reforço de Spikevax [vacina anticovid-19 da Moderna] a ser administrada pelo menos seis meses após a segunda dose em pessoas com 12 anos de idade ou mais”, anuncia o regulador da UE em comunicado de imprensa, apesar de só ter vindo a admitir esta terceira injeção para imunodeprimidos.

A instituição acrescenta que



o objectivo é que esta terceira dose de reforço seja administrada a pessoas vacinadas, ou seja, pessoas que completaram a vacinação primária, para “restabelecer a protecção depois de esta ter diminuído”, conforme indicado pela Moderna, adiantando que irá “comunicar oportunamente o resultado da avaliação”.

Este é o segundo pedido feito por farmacêuticas com vacinas anticovid-19 aprovadas na UE para avançar com uma terceira dose, após o consórcio farmacêutico Pfizer/BioNTech ter, no início de Setembro, submetido uma solicitação semelhante à EMA para restabelecer a protecção de vacinados com 16 anos de idade ou mais após seis meses da segunda dose.

Tanto a vacina da Moderna, como a da Pfizer/BioNTech, assentam na tecnologia do RNA mensageiro, sendo que a administração da primeira está aprovada na União Europeia para pessoas com 12 anos ou mais.

Na semana passada, a EMA estimou emitir, “no início de Outubro”, uma decisão sobre o pedido de reforço da vacina feito pela Pfizer/BioNTech.

AFIRMA GOVERNO

Malária ‘perde’ para a covid-19

Pelo menos 73 pessoas morreram de covid-19 durante a última semana, um número superior ao de mortes por malária no mesmo período, revelou o secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, numa altura em que foram diagnosticados 1.533 casos.

Para Franco Mufinda, há um relaxamento no cumprimento das medidas desde a retoma das festas e outras aglomerações, avançando que, por isso, “a comissão está preocupada com a subida de casos, e admite mesmo a possibilidade de se reforçarem as medidas”.

“É na base das evidências que tomamos decisões, as medidas não são estanques, elas são revistas em função da situação epide-

miológicas”, argumentou Franco Mufinda, que falava durante a campanha ‘Sentinela’ de testagem, criada pela Comissão Multisectorial para 11 escolas de Luanda, escolhidas de forma aleatória, assim como para quatro municípios, nomeadamente, Luanda, Talatona, Viana e Belas.

Espera-se, de acordo com o dirigente, testar 180 alunos por dia, durante a campanha que poderá estender-se a outras províncias, sendo Benguela, Namibe, Huila, Huambo e Cabinda as seleccionadas para os próximos dias.

Até ao momento, Angola já administrou 3,64 milhões de doses de vacinas contra a covid-19.

Yola Rafael



CHEGADAS DE FRANÇA

Angola recebe doações de vacinas

Angola recebeu 100 mil doses de vacinas AstraZeneca, doadas pelo governo da França.

As vacinas, de acordo com o Ministério da Saúde, foram doadas no âmbito da Covax. Não é a primeira vez que Angola recebe

doações no âmbito desta iniciativa. Até agora, Angola adquiriu apenas 2% do número de vacinas necessárias para toda a população, ficando aquém das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O GOVERNO PORTUGUÊS vai deixar de participar nos testes rápidos de antigénio à Covid a partir de Outubro. A decisão, de acordo com a imprensa local que cita fonte da Saúde, é justificada por se estar presentes a ter 85% da população com a vacinação completa.



APÓS INFECCÃO DE FUNCIONÁRIOS DE HOTEL

Macau testa toda a população

O governo de Macau anunciou que vai realizar testes a toda a população, durante três dias, na sequência de dois casos positivos em funcionários de um hotel para quarentenas no território.

No total, serão disponibilizados 52 locais para testagem, com um total de 367 pontos de amostragem. Esta decisão do governo de Macau surge depois

de ter sido detectado um segundo caso positivo de um segurança de um hotel, que tem acolhido pessoas obrigadas a cumprir quarentena no âmbito das medidas de restrição devido à covid-19. Por causa disso, Macau decretou Estado de Emergência imediata.

Em Agosto, após a detecção de quatro casos da variante Delta do novo coronavírus detectados numa

família, o governo de Macau decretou também o “estado de emergência imediata” e a realização de testes à covid-19 para toda a população.

As autoridades anunciaram o encerramento de espaços culturais, desportivos e de diversão, bem como a suspensão ou cancelamento de actividades que se poderiam traduzir na aglomeração de pessoas.

APOIOS EXTRAORDINÁRIOS EM EUROS

Segurança social cabo-verdiana atribuiu 14 milhões



O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) cabo-verdiano atribuiu 14 milhões de euros em prestações sociais extraordinárias para mitigar os efeitos da crise pandémica em 2020, segundo dados da instituição que gere as pensões e contribuições sociais.

De acordo com dados do relatório e contas de 2020 do INPS, 90,6% do valor desses apoios, equivalente a 12,6 milhões de euros, foi utilizado no regime simplificado de suspensão de contrato de trabalho ou ‘lay-off’ e 4,9% com subsídios de desemprego, com 685 mil euros.

Segundo o INPS, entre

Abril (início da pandemia) e Dezembro de 2020, foram atribuídos 13,9 milhões de euros a 26.752 segurados, “em prestações sociais extraordinárias para mitigar os efeitos da crise pandémica”.

O vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia, anunciou, em Julho, a realização de um estudo sobre a aplicação do ‘lay-off’ em Cabo Verde, que continua em vigor, mas com acesso limitado a alguns sectores, desde Abril de 2020, e os efeitos na sustentabilidade do INPS, remetendo para as conclusões uma decisão sobre uma eventual compensação financeira pelo Estado.

REVELA PR DO BRASIL

Primeira-dama vacinada nos EUA

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, revelou que a primeira-dama foi vacinada contra a covid-19 nos Estados Unidos, situação duramente criticada por quem considera essa uma atitude de “desprezo” perante a saúde pública do país.

“Tomar a vacina é uma decisão pessoal. A minha mulher (Michelle Bolsonaro), por exemplo, decidiu tomá-la nos Estados Unidos. Eu não tomei”, disse o líder da extrema-direita brasileira, numa entrevista publicada na revista Veja.

Embora Bolsonaro não tenha esclarecido, acredita-se que a primeira-dama tenha recebido a vacina esta semana, quando integrou a comitiva oficial brasileira que compareceu à Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, e que regressou ao Brasil sem o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que permanece em isolamento em território norte-americano, após testar positivo à covid-19.

No discurso nas Nações Unidas, na última terça-feira, Bolsonaro expôs o seu negacionismo em relação à covid-19, defendeu o uso de fármacos sem eficácia comprovada contra a doença e opôs-se ao chamado “passaporte sanitário”.

O facto de Michelle Bolsonaro ter sido vacinada nos Estados Unidos gerou uma onda de indignação no meio político, que se manifestou principalmente numa Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava possíveis irregularidades cometidas pelo governo na gestão da pandemia, que já matou quase 593 mil brasileiros e ainda não está controlada.

“Essa cena da primeira-dama se vacinar nos Estados Unidos é lamentável, desvaloriza as autoridades sanitárias (brasileiras), desvaloriza uma conquista do país que já tem mais de 30 anos, como o Programa Nacional de Imunizações”, declarou o Senador Randolfe Rodrigues, vice-presidente da CPI.

“É muito triste. É outra página triste da recente história nacional”, acrescentou o senador, numa clara alusão ao negacionismo com que o governo e o chefe de Estado trataram a pandemia.

O senador Omar Aziz, presidente da comissão, comentou o caso com alguma ironia.

“Felicitó a senhora Michelle, que, ao contrário do marido, se vacinou”, mas “alguém deveria ter-lhe dito que a vacina aplicada nos Estados Unidos é a mesma aplicada no Brasil”, disse.

Segundo Aziz, Michelle Bolsonaro “bem poderia ter-se vacinado no Brasil e mostrar a todos, para dar um bom exemplo. Se fosse assim, teríamos visto um acto de verdadeiro patriotismo, não da boca para fora”.



Marcas & Estilos



Expressão em alta

O Financial Times contratou David Downton para ilustrar os desfiles de alta-costura em Paris em 1996. As suas obras de arte expressivas aparecem numa nova exposição, a Drawing on Style. A exposição reúne os desenhos de Downton de Carmen Dell'Orefice, amplamente considerada a supermodelo mais antiga do mundo.



Detalhes preciosos

Os nomes evocativos das coleções de anéis de noivado da Graff apontam para uma paixão por pedras e uma compreensão da emoção que as jóias que as abrigam podem despertar. A atenção aos detalhes tem sido a base da marca por mais de seis décadas.



AUTOMÓVEL

Ícone cinematográfico

Uma versão de edição limitada do Aston Martin DB5 Junior foi criada para comemorar a chegada do novo filme de James Bond.

Construído em colaboração com a EON Productions, o DB5 Junior incorpora todos os tipos de recursos precisos, como placas de chassi numeradas individualmente e pintura icónica 'Silver Birch'.

Limitada a apenas 125 unidades, a recriação foi feita graças a uma digitalização 3D de um Aston Martin DB5 original, permitindo que o modelo em escala fosse fiel ao carro em tamanho real.

AGENDA

LUANDA

30 DE SETEMBRO

Lançamento da obra 'Software Camal', da autoria de José Luís Mendonça, no Camões - Centro Cultural Português, em Luanda, a partir das 17h00. Livro a 3000 kwanzas.

DE 14 A 17 DE OUTUBRO

Feira da Mulher Rural no Pavilhão Multiusos do Kilamba, sob o lema central 'Mulheres e Rapaçigas Rurais a Construir uma Resistência Climática'. 932 595 878

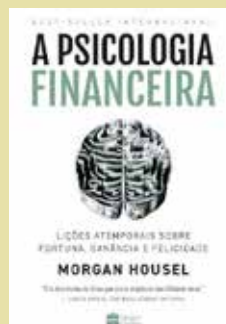
DE 27 A 29 OUTUBRO

Exposição 'Henrique Abranches - Um Traço Angolano', no Memorial Dr. António Agostinho Neto, composta por uma selecção de obras de Henrique Abranches.

DE 10 A 31 DEZEMBRO

Oswaldo Ferreira inaugura exposição individual na Galeria Banco Económico intitulada 'Dissidência Extravagante: Construindo uma praxis local', numa organização da galeria de arte contemporânea. Entradas livres.

LIVROS



A FORMA COMO LIDAMOS COM O DINHEIRO – finanças pessoais, investimentos, decisões de negócios – costuma ser explicada como um campo puramente matemático, no qual dados e fórmulas nos dizem o que fazer.



O QUE É O CÓDIGO DE HAMMURABI? Um código de leis criado para padronizar as acções do rei, estipulando os direitos e deveres da população e facilitando a sua administração.



TURISMO

Num verdadeiro conto de fadas

O Evian Resort é a câmara do seu smartphone com o modo HDR habilitado. Tão vividamente verdes é a relva bem cuidada, tão brilhantemente azul é o céu alpino, tão radiantes as fileiras de roseiras e fileiras de rododendros que sempre que tirar o telefone para capturar o panorama prismático, que se estende desde os picos mais baixos do Haute- das montanhas de Savoie às águas cinza-prateadas do Lago de Genebra, as configurações de exposição ficam paralisadas. O cardápio é obra do veterano chef Patrice Vander, que está no hotel há mais de 20 anos. Os peixes vêm do lago abaixo; carne e queijo das montanhas acima; tomates e ervas da horta de quilómetros quadrados do hotel. É comida de primeira linha servida num ambiente de conto de fadas.

Educação & Tecnologia



Modelo de finanças públicas Novo Normal

Área temática: Políticas Públicas / Tipo de comunicação: Escrita



António Feliciano Braça, economista, poeta, escritor, e professor no Isupe - Ekuikui II*

A existência do Estado resulta da satisfação das necessidades colectivas, através da realização de despesas públicas. Nem sempre as receitas são suficientes para suportar as referidas despesas, pelo que, implicando situações de escassez, surgem políticas para reverter a situação de insuficiências. Assim, são vários os modelos de políticas públicas a serem adoptadas para reverter a situação de escassez, entre os quais, destacamos as seguintes:

O modelo das finanças neutras (liberais), em que Estado deve abster-se de intervir no domínio económico, para permitir que as iniciativas individuais dos cidadãos, a concorrência e as leis do mercado se desenvolvam livremente, defendido por economistas clássicos, com destaque para Adam Smith.

O modelo das finanças intervencionistas (activas), com génese nas teorias keynesianas, cujo princípio fundamental é a substituição da regra do mínimo pela do Estado óptimo, em que o Estado procura, com a sua intervenção directa, suprir as falhas do mercado.

Destacamos ainda o modelo das finanças neoliberais ou neoclássicas, promovido pelo FMI, por economistas liberais como Milton Friedman, pela Escola de Chicago e por fundamentalistas de livre mercado. Propõe, como solução para a crise, a redução gradual do poder do Estado, com uma diminuição

generalizada dos impostos, privatização das empresas públicas, bem como a limitação do poder do Estado de fixar ou avalizar preços.

Assim, realçamos o modelo das finanças neokeynesianas/novo desenvolvimentismo, como parte da visão de Keynes e contemporâneos, como Paul Davidson e Joseph Stiglitz, procurando compatibilizar um crescimento económico sustentável com uma melhor distribuição dos rendimentos.

Defende-se a ideia de uma economia social de mercado, ou seja, uma economia mista que visa, simultaneamente, manter altos índices de crescimento económico, baixa inflação, baixo desemprego, boas condições de trabalho, segurança social e serviços públicos, mediante a aplicação controlada da intervenção estatal.

Por fim, cabe-nos destacar o modelo de finanças públicas 'Novo Normal', sublinhado por Augusto Archer Manguera, antigo minis-

tro das Finanças de Angola, que, em função da redução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em meados do ano 2014, em função da redução acentuada do preço do Barril do Petróleo (representa mais de 90% das exportações em Angola), destacou um novo paradigma, baseado na redução do petróleo como principal fonte de financiamento das despesas públicas, buscando várias fontes de produção interna, obtendo a auto-suficiências, e exportação do excedente, captando divisas e adquirindo matérias-primas no sentido de aumentar a capacidade e massificação da produção interna. Isto é, descontinuar a "economia petrod-dependente".

O modelo de finanças públicas 'novo normal' consiste no aumento dos Projectos de Investimentos Públicos (PIP), gerando emprego, renda e bens de capitais. Este modelo de finanças públicas compreende mudança das bases de sustentação

da nossa economia, assentando na estabilidade macroeconómica, no crescimento sustentável e na diversificação da economia, reformulando as políticas fiscais, que devem ser consideradas a principal fonte de receitas para a realização das despesas públicas.

O 'Novo Normal' vem ser um modelo de finanças públicas focado no controlo rigoroso da inflação, diversificação das exportações, melhoria das condições financeiras do Estado e a estabilidade do sistema financeiro, permanente valorização do capital humano, na perspectiva do conhecimento, da inovação e do empreendedorismo, com o objectivo de facilitar e incentivar o bom desempenho da economia, tendo em conta variáveis como crescimento, inflação e emprego, e procurando proporcionar aos agentes económicos e à população um ambiente de estabilidade.

*antoniofeliciano58@gmail.com

Educação & Tecnologia

O evento deste ano, com o tema "Mergulhe no digital", explora como a tecnologia digital pode se integrar melhor a cenários de negócios e know-how do setor para enfrentar desafios críticos de negócios e como as partes interessadas podem trabalhar juntas de forma mais eficaz para promover um ecossistema aberto da indústria e impulsionar o sucesso compartilhado. O evento está programado para ter quatro palestras, cinco cúpulas e 66 sessões, com mais de 200 palestrantes, incluindo visionários da indústria, líderes de negócios, especialistas em tecnologia e parceiros do ecossistema. Ele será transmitido ao vivo em 11 idiomas no site corporativo da Huawei e por seus parceiros de mídia. O evento também contará com exposições online, visitas remotas a salas de exibição e painéis de discussão abertos, permitindo a interação online experiências de balcão.

Em sua apresentação, Xu falou sobre como ajudar as indústrias a se tornarem digitais é um aspecto crítico da missão da Huawei de levar o digital a cada pessoa, casa e organização para um mundo totalmente conectado e inteligente.

Xu disse: "O desenvolvimento digital depende da tecnologia digital. Para que a tecnologia digital permaneça relevante, devemos continuar a inovar e criar valor. Nuvem, IA e redes são três tecnologias digitais críticas." Xu então compartilhou alguns dos progressos que a Huawei fez nessas três áreas, o que a Huawei está fazendo para permitir o desenvolvimento de baixo carbono e para onde a indústria como um todo está se dirigindo.

Xu explicou que HUAWEI CLOUD, o serviço de nuvem da empresa lançado há apenas quatro anos, já reuniu mais de 2,3 milhões de desenvolvedores, 14.000 parceiros de consultoria e 6.000 parceiros de tecnologia, e também disponibilizou mais de 4.500 serviços no HUAWEI CLOUD Marketplace. Tornou-se uma plataforma importante para empresas, empresas e governos da Internet tornarem suas organizações digitais.

No evento, Xu lançou o primeiro serviço nativo de nuvem distribuído do setor, chamado UCS - um serviço nativo de nuvem onipresente disponível no HUAWEI CLOUD. Com o UCS, a Huawei planeja fornecer às empresas uma experiência



O presidente rotativo da Huawei, Eric Xu, faz um discurso de abertura no HUAWEI CONNECT 2021

Huawei: inovando sem parar para uma digitalização mais rápida

PUBLICIDADE. [China, 23 de setembro de 2021] O principal evento anual da Huawei para a indústria global de TIC - HUAWEI CONNECT 2021 - teve início hoje. O presidente rotativo da Huawei, Eric Xu, abriu o evento com um discurso intitulado "Innovating Nonstop for Faster Digitalization".

consistente ao usar aplicativos nativos da nuvem que não sejam limitados por limitações geográficas, entre nuvens ou de tráfego, acelerando assim a transformação digital em todos os setores.

O portfólio de IA completa da Huawei em todos os cenários, lançado em 2018, também está progredindo conforme o esperado. Sua estrutura MindSpore se tornou a principal estrutura de computação de IA na China. Enquanto isso, o cluster Atlas 900, bem como os serviços em nuvem nele baseados, atendem atualmente a mais de 300 empresas, apoiando o treinamento de muitos modelos que incluem os grandes modelos HUAWEI CLOUD Pangu. O HUAWEI CLOUD ModelArts tornou o desenvolvimento de aplicativos de IA incrivelmente simples com seus serviços completos baseados em cenário. O objetivo final do ModelArts é permitir que

cada engenheiro desenvolva independentemente seus próprios aplicativos de Inteligência Artificial.

Xu também apresentou as inovações da Huawei no domínio da rede. Conforme as organizações se tornam digitais, elas tendem a ver um crescimento exponencial na complexidade da rede. Para resolver isso, a Huawei vem inovando em soluções para redes globais com base no conceito de rede de direção autônoma (ADN). A empresa tem trabalhado com clientes nos setores de finanças, educação e saúde para inovar e implantar novos aplicativos e construir redes que são autorrealizáveis, autocuráveis, autotimizadas e autônomas.

Xu continuou explicando como a Huawei está usando tecnologia digital para apoiar o desenvolvimento de baixo carbono, como parte dos esforços globais para atingir o pico de emissões de CO2 e neutrali-

dade de carbono. Especificamente, a Huawei se concentra em três iniciativas principais:

(1) Investir e inovar em tecnologias de economia de energia para fornecer produtos de TIC com maior eficiência energética para uma indústria de TIC de baixo carbono;

(2) Investir em inovações onde a eletrônica de potência e as tecnologias digitais convergem para promover a energia limpa e a digitalização da energia tradicional; e

(3) Fornecimento de tecnologia digital para ajudar todos os setores a se tornarem digitais e com baixo teor de carbono.

Zhang Ping'an, CEO da Cloud BU e presidente do Huawei Consumer Cloud Service, discorreu sobre as iniciativas estratégicas da HUAWEI CLOUD e lançou novos serviços e produtos no evento. "A chave para uma transformação digital de sucesso é pensar como nativo da nuvem e

agir como nativo da nuvem", disse Zhang. "HUAWEI CLOUD junta-se aos nossos clientes e parceiros para mergulhar no digital e explorar o potencial de Everything as a Service - Infrastructure as a Service para acessibilidade global, Technology as a Service para inovação flexível e Expertise as a Service para excelência compartilhada." Zhang anunciou duas novas regiões no México e Ulanqab na China, e lançou 10 novos serviços HUAWEI CLOUD. O anúncio incluiu MacroVerse - HUAWEI CLOUD aPaaS, OptVerse AI Solver, HUAWEI CLOUD Stack 8.1, SparkRTC - um serviço de áudio e vídeo em tempo real e Pangu, um grande modelo para moléculas de drogas.

Os clientes e parceiros presentes incluíram Christophe Ozer, chefe da Orange Cloud (Orange Flexible Engine) APAC; Wu Qiang, vice-presidente da Tianjin Port Holdings; Chen Haining, gerente geral do departamento de TI do Shanghai Pudong Development Bank; e Jiang Chuanrong, presidente da Shanghai Mirror Pictures. Eles descreveram sua experiência de inovação conjunta com a Huawei em sua transformação digital. Wu Qiang disse: "O porto de Tianjin é um dos 10 principais portos do mundo, com uma capacidade anual de quase 20 milhões de contêineres. O HUAWEI CLOUD OptVerse AI Solver nos ajuda a melhorar nossa velocidade de planejamento em mais de 100 vezes com base em dezenas de milhões de variáveis e restrições, maximizar a programação de recursos e sobrecarregar a eficiência da operação."

Xu concluiu seu discurso com: "A inovação contínua tem sido a força motriz por trás da digitalização até agora. Seguindo em frente, se esperamos alcançar objetivos mais ambiciosos para a digitalização, a inovação contínua continuará a ser a chave. Portanto, vamos inovar sem parar para um futuro melhor."

A Huawei hospeda o HUAWEI CONNECT 2021 online de 23 de setembro a 31 de outubro. O tema do evento deste ano é Dive into Digital. Vamos nos aprofundar na aplicação prática de tecnologias como nuvem, IA e 5G em todos os setores e como elas podem tornar as organizações de todas as formas e tamanhos mais eficientes, versáteis e, por fim, mais resilientes à medida que avançamos em direção à economia recuperação.

Para obter mais informações, entre em contato com nossa equipe local ou confira <https://www.huawei.com/en/events/huaweiconnect>

“Isso parece uma estória de carochinha ou um artigo publicitário qualquer, mas não é. É um gigantesco passo para uma presença real e efectiva de serviços financeiros eficientes nos sítios mais recônditos do nosso país.”

Aplicativo Mobile Money, toda a gente ganha



Celso Malavoloneke,
Sociólogo da Comunicação

eficientes, agentes fornecedores de crédito, instituições e pessoas alternativas para depósito, transferência e levantamento de dinheiro, etc. e sem dinheiro, não há economia que funcione. Seja a nível macro, seja a nível micro.

Fiquei por isso curioso por ir mais a fundo em relação ao programa; e a primeira satisfação que tive é que os “Ponto Mobile Money” já estão em praticamente todas as lojas da UNITEL, ou seja em todo o país. E a rede de “Agentes Mobile Money”, os revendedores de saldo também estão a aderir em massa. Isso quer dizer que muito em breve teremos os serviços em todos os municípios e comunas do país. Esse é um ganho verdadeiramente extraordinário.

Depois surgiu-me a pergunta: a maior parte da nossa população, sobretudo no campo é iliterata (antigamente dizia-se analfabeta, mas hoje o termo evoluiu) ou tem poucos estudos. Portanto, o aplicativo para ser eficiente tem que ser realmente simples, tão simples como carregar saldo no nosso telemóvel. E isso a Huawei, a criadora do aplica-

Tal como aconteceu com o próprio telefone celular e o cartão multicaixa, daqui a anos ou mesmo meses será quase impossível imaginar a vida sem os serviços financeiros via celular. O nome 'mobile money' vai rapidamente ser amplamente conhecido nas cidades e no campo...

tivo fez: baseada na sua experiência nos outros países disponibilizou à UNITEL uma coisa simples que toda a gente pode utilizar, na cidade e no campo, os da “cabunga” aos doutores”: baixa o aplicativo via INTERNET ou numa loja, disca o *449# e... já está! Pode transferir dinheiro para outra pessoa mesmo sem conta bancária desde que tenha número da operadora de cor laranja – mais tarde o serviço será estendido aos utilizadores de outras redes), receber dinheiro, fazer pagamentos e até guardar as poupanças de uma forma fácil e segura.

Um aspecto que hoje em dia preocupa muito as pessoas está ligada à segurança: não haverá o risco de o dinheiro desaparecer ou, pior ainda alguém penetrar na conta e “mexer no dinheiro”?

O aplicativo trata disso; é seguro e criou mecanismos de controlo dessa segurança. É assim: é enviada uma palavra secreta após o registo do cliente que servirá para validar os dados (identificação da conta) ao contactar o call center. É fornecido também um código de validação para

recuperar o PIN em caso de esquecimento. Estes códigos são pessoais e intransmissíveis. Finalmente, como última medida de segurança, o aplicativo pede que confirme os dados inseridos antes de os executar. Se, ainda assim fizer uma operação errada, é possível corrigi-la, sujeito da aprovação do/a beneficiário/a da operação caso se aplique.

Agora a parte “mais boa”: depositar dinheiro na “conta UNITEL”: muito fácil: vai a uma loja ou agente que tenha “ponto mobile money”, indica o número de telefone, entrega o valor a depositar e pronto, já está! Recebe uma notificação para confirmar o valor depositado e no final uma SMS para confirmar o carregamento da carteira e o novo saldo. Tudo isso é grátis; não se paga nenhuma taxa ao agente.

Depois vem a operação que dá dor de cabeça a muito boa gente, incluindo eu: o tio, tia, primo, ou outro parente lá nas funduras de Angola precisa de dinheiro urgente. Esse aplicativo resolve o problema. Como? Simples. Digita *449#, selecciona a opção “transferir dinheiro”, em seguida selecciona “inserir destinatário” e coloca o número de destino, insere também o valor a transferir, verifica os dados, confirma digita o PIN e... pimbas, já está! Recebe uma SMS de confirmação que mostra o valor transferido e o novo saldo da carteira. O mesmo procedimento aplica-se à compra de saldo, etc.

Isso parece uma estória de carochinha ou um artigo publicitário qualquer, mas não é. É um gigantesco passo para uma presença real e efectiva de serviços financeiros eficientes nos sítios mais recônditos do nosso país. É um ganho para todos. De que está à espera? Experimente!

Eu confesso que já experimentei. Mande dinheiro a um tio na Jamba Mineira na Huíla e o velho depois de umas peripécias engraçadas recebeu o dinheiro. Agora já diz que a fome dele acabou. Mas essa é estória que vou contar num próximo artigo.

Um aplicativo criado pela Huawei para todas as classes e idades vai se constituir certamente num poderoso instrumento de inclusão financeira e vitalização das economias locais

Há algumas semanas saudamos todos o surgimento de serviços de pagamento e transferências de dinheiro por via dos telefones celulares. A UNITEL foi a primeira e até agora única companhia de telefonia móvel a oferecer um serviço que, à semelhança do que já acontece nos outros países da SADC (somos os últimos a aderir a estes serviços) rapidamente vai comandar as nossas vidas. Tal como aconteceu com o próprio telefone celular e o cartão multicaixa, daqui a anos ou mesmo meses será quase impossível imaginar a vida sem os serviços financeiros via celular. O nome “mobile money” vai rapidamente ser amplamente conhecido nas cidades e no campo...

No campo! É isso que me faz ser fã confesso desse serviço. Sempre que posso, saio da cidade mergulho na “Angola Profunda”. Ainda este ano decidi passar as minhas férias na Huíla e estive no Jau, Chibia e Kuvangu. Conversei com as pessoas simples das comunidades, os empresários e voltei como sempre profundamente preocupado com a falta de quase todos os serviços nessas localidades. Mas o que mais me preocupou e preocupa é a ausência quase total de estruturas e agentes de serviços financeiros: bancos



Educação & Tecnologia

Agricultura inteligente num país de fome



Celso Malavoloneke,
Sociólogo da Comunicação

ciente para alimentar duas ou três províncias do nosso país. Comentando num grupo do WhatsApp onde partilhei isso, alguns amigos especialistas em agricultura puseram sérias dúvidas em relação aos númeroa que acharam altamente exagerados.

Eu não sou especialista em agricultura apesar dessa ser a minha formação média no Instituto médio-agrário do Tchivinguiro de 1984 a 1988. Por isso pelo que vi, não me pareceu um objectivo tão exagerado assim como os meus amigos – cujo conhecimento técnico afirmo e sou testemunha – estavam a defender.

É que para além da fazenda ser enorme – 500.000 hectares – tem uma tecnologia que me fez sentir bem arcaico em relação à tecnologia que então considerávamos de ponta. Vimos pivôs gigantes como se vêem nas fotos com capacidade de regar cada um 50 hectares a partir do rio Cubango. Um pivô é um longo tubo de conduta de água com cerca de 2.5 kms de comprimento

assente em torres triangulares equipadas com pneus de mais ou menos 10 metros. Equipado com chuveiros rotativos espaçados 15 a 20 metros, faz um movimento rotativo impulsionado por energia hidráulica. Os chuveiros instalados no tubo produzem praticamente uma “chuva artificial” de água que pode ser misturada com fertilizantes, insecticidas e fungicidas. Ou seja, não depende das chuvas para fazer as suas culturas. Ser a isso acrescentarmos o uso de sementes de ciclo curto (três meses), eu vejo possibilidades sim senhor de recolher as 3 colheitas programadas para este ano agrícola. Aliás, nesta altura que os camponeses normais estão apenas a preparar a terra para lançar as sementes, a Agrikuvangu já faz a primeira colheita. Visitámos os silos cheios de grão pronto para ser ensacado e comercializado.

Nesse tipo de agricultura o Engenheiro Agrónomo age como um gestor de sistema: passa uma espécie de receita onde diz qual a velocidade do movimento de rotação,

Não seria má ideia quem de direito ver com essa gigante de telecomunicações que até já está entre nós se pode trazer esse sistema para aqui e experimentar em empresas como a “nossa” Agrikuvangu...

a percentagem (força) da “chuva” (a que pode acrescentar os fertilizantes, insecticidas e fungicidas a misturar na água) o tempo de regadio e entrega isso aos técnicos das máquinas. Esses executam as instruções e esperam pelos resultados. Saí dali completamente convencido

que não faz sentido algum que em Angola tenhamos défice alimentar. É só incentivar e apoiar mais 50 ou 100 Rui Kaposse a fazerem o mesmo número de Agrikuvangus. O nosso país tem todas as condições de solo, água, clima a capital humano para isso. Parecem estar a faltar apenas os recursos financeiros.

Espantado e curioso – e um pouco envergonhado também pelo meu atraso tecnológico na paixão profissional da juventude – fui atrás do “prejuízo” e vi que a tecnologia que vimos no Kuvangu está longe de ser a mais moderna. A Huawei, essa “nossa” mesma que nos abounou o aplicativo do “mobile money”, desenvolveu com os agricultores da Noruega um outro aplicativo que está a fazer furor nos meios agrícolas: A agricultura inteligente.

Com esse sistema, a Agrikuvangu apenas precisaria de inserir os dados num centro de comando informático – operação que não levaria mais de meia hora para pôr todo esse processo a funcionar. Mais. O sistema faz previsões do tempo, de formas que ajusta automaticamente a sua acção. Por exemplo, se estiver a trabalhar e começar a chover, o regadio pára. Actualmente, na Agrikuvangu esse acto tem que ser feito por humanos.

Esse centro de comando pode também dar ordem aos tractores e máquinas agrícolas para saírem das garagens e irem fazer a sacha, colheita, debulha. E com um mínimo de pessoas, cultivar enormes extensões de terras para alimentar o nosso povo. Precisamos é de dar o salto; precisamos é de ser ousados e tirar partido das vantagens que a tecnologia de ponta, especialmente a 5G nos oferece. Ser visionários e atrevidos no bom sentido.

Não seria má ideia quem de direito ver com essa gigante de telecomunicações que até já está entre nós se pode trazer esse sistema para aqui e experimentar em empresas como a “nossa” Agrikuvangu... nesse quesito precisamos não ter medo de ousar!

Durante as minhas férias em Agosto passado visitei umas grande fazenda no Kuvangu. Foi – passe a publicidade – a Fazenda Agrikuvangu do meu conterrâneo e amigo Rui Kaposse a quem daqui desejo todos os êxitos pelas razões que aduzirei adiante.

O meu amigo Kaposse, deixou-me literalmente “caído de c...” como se diz em bom mwangolé: está a dizer que, só este ano e só de milho vai colher 500.000 toneladas de milho. Isso é muito milho!!! Sufi-

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

NÚMEROS DA SEMANA

489

Milhões kz. Custo previsto para a ampliação e reabilitação do centro de despacho da Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT).

30%

Participação que a Sonangol Holdings detinha no Grupo Sonadiets e vendeu à Diestman Marine.

77%

Nível de redução da venda de divisas no primeiro semestre do ano passado, face ao mesmo período de 2019.

526

Milhões kz montante disponibilizado para financiar agricultura no Kwanza-Norte no âmbito do Prodesi.



REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS ARRESTADOS

33,5 milhões para imóveis do Zango 0

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH) anunciou, nesta terça-feira, o lançamento de um concurso público de 23,8 mil milhões de kwanzas (33,5 milhões de euros), para a reabilitação de 21 edifícios apreendidos pelo Estado no âmbito do combate a corrupção, entretanto vandalizados.

A reparação desses imóveis localizados na Urbanização Vida Pacífica, no Zango Zero, em

Luanda, está subdividida em seis lotes, com um prazo de execução de oito meses e está aberta à participação de entidades estrangeiras.

O FFH avisa que o prazo de entrega de candidaturas decorre até 29 de Outubro próximo e implica a celebração de um contrato público.

Os candidatos estão sujeitos a desembolsar 60.000 kwanzas (84,5 euros) para a obtenção das peças do procedimento, além de estarem munidos de certidão contributiva original, emitida pelo Instituto Nacional de Segu-

rança Social, comprovativo da regularização da situação tributária perante o Estado e apresentar “propostas economicamente mais vantajosas”.

O FFH, entidade contratante, é uma pessoa colectiva de direito público, que integra a administração indireta do Estado, goza de personalidade e capacidade jurídica e é dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É tutelado pelo Ministério das Finanças e pelo Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território.

LINHA DO DEUTSCHEBANK

1.000 milhões USD na agro-indústria



O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Angola – Emirados Árabes Unidos (CCIAEAU), Bráulio Mohamed Martins, gostaria de ver empresários nacionais “com projectos credíveis” a habilitarem-se ao dinheiro disponibilizado pelo DeutscheBank, para alavancar a actividade agro-industrial. “Estamos a falar de 1.000 milhões de dólares que serão operacionalizados através do Banco de Desenvolvimento de

Angola (BDA) e seria bom que fossem apresentados projectos que convençam o financiador”, observou o empresário, alertando que a Câmara “é séria” e, por isso, também gostaria de contar com “empresários sérios e comprometidos com o desenvolvimento do país”.

A CCIAEAU pretende levar igualmente os empresários a participarem na primeira quinzena de Outubro no Global Business Forum – evento focado nos investimentos para África Subsariana, bem como ao Annual Investment Meeting, que deverá acontecer em Março de 2022, no Dubai.

RECURSOS MINEIROS

70% do território nacional oferece potencial

Cerca de 70% (872.392 quilómetros quadrados) do território nacional oferece potencial de exploração mineira, segundo o presidente do conselho de administração do Instituto Geológico de Angola (Igeo), Canga Xiaquivila.

A descoberta deste potencial, onde figuram 42 tipos de minerais, entre os quais diamante, cobre, ferro, prata, manganês, ouro, calcário, mármore e granito, foi verificada depois da implementação do Plangeo.

O projecto, que contou com um investimento global de 405 milhões de dólares, já absorveu mais de 65%, (260 milhões de dólares, mais de 152 mil milhões de kwanzas) e prevê igualmente melhorar o conhecimento da geologia e do potencial dos recursos minerais do território nacional, além de reestruturar, capacitar e apetrechar o Igeo, para assegurar o desenvolvimento sustentável do país.

De acordo com o gestor, a intenção da criação do projecto é atrair as principais empresas de mineração e de exploração mundial, como a De Beers, Rio Tinto e a Anglo American. Da implementação do Plangeo, cuja execução física é de 66%, resultou a construção de três laboratórios em Luanda (Laboratório Central de Geologia), Lunda-Sul (Saurimo) e Huíla (Lubango) com um investimento a rondar os 62,5 milhões dólares.

